



RELATÓRIO DE GESTÃO

2016

Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social de São Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GERALDO ALCKMIN

Governador do Estado de São Paulo

MÁRCIO FRANÇA

Vice-governador do Estado de São Paulo

FLORIANO PESARO

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

MARINA BRAGANTE

Secretária adjunta de Estado de Desenvolvimento Social

MENDY TAL

Chefe de Gabinete

ABREVIATURAS E SIGLAS - *As siglas estão listadas por ordem alfabética.*

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AMPID	Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BI	Business Intelligence
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSP	Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância
CADCA	Communities Anti Drugs Coalitions of America
CADÚNICO	Cadastro Único
CPA	Coordenadoria de Planejamento e Avaliação
CAS	Coordenadoria de Ação Social
CCI	Centro de Convivência do Idoso
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CDI	Centro Dia do Idoso
CDS	Coordenadoria de Desenvolvimento Social
CEI	Conselho Estadual do Idoso
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CEPV	Comitê Gestor do Programa Crack é possível Vencer
CGE	Coordenadoria de Gestão Estratégica
CIC	Centros de Integração da Cidadania
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMI	Comissão Multidisciplinar Intersecretarial
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNI	Conselho Nacional do Idoso
CODEAGRO	Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios
COED	Coordenadoria de Políticas sobre Drogas
COMBAT	Comissão Estadual para Assuntos Referentes a Bens Apreendidos do Tráfico de Drogas
CONDECA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONDESB	Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista
CONED	Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas
CONSEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
COSAN	Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRATOD	Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CROPH	Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana
CT	Comunidade Terapêutica
CTPD	Câmara Técnica de Políticas sobre Drogas
DCI	Departamento de Comunicação e Imprensa
DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
EDESP	Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo
FEAS	Fundo Estadual da Assistencial Social
FEBRACT	Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas

FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FNUSUAS	Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único de Assistência Social
FUSSESP	Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGD/PBF	Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
IGD/SUAS	Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social
IGD-M	Índice de Gestão Descentralizada Municipal
INATAA	Instituto Nacional de Ações e Terapia Assistida por Animais
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
ITAL	Instituto de Tecnologia de Alimentos
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
GECCATS	Grupo de Educação e Capacitação Continuada dos Trabalhadores do SUAS
GGEPR	Grupo de Gestão Executiva do Programa Recomeço
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NUEP	Núcleo Estadual de Educação Permanente
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAN	Programa de Alimentação e Nutrição
PBF	Programa Bolsa Família
PEAS	Plano Estadual de Assistência Social
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA	Plano Individual de Atendimento
PMAS/WEB	Plano Municipal de Assistencial Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial
PTR	Programa de Transferência de Renda
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SAP	Secretaria de Administração Penitenciária
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADE	Sistema Estadual de Análises de Dados
SEDS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SES	Secretaria de Estado da Educação
SES	Secretaria de Estado da Saúde
SIMPETI	Sistema de Monitoramento do PETI
SINTAPI	Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos
SPPI	Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

Foto: Divulgação / SEDS



SUMÁRIO

08 **INTRODUÇÃO**

Boa leitura!

18 **COSAN**

Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional
Bom Prato/ Vivaleite

28 **CGE**

Coordenadoria de Gestão Estratégica
PEAS/ Sala de Situação/ Dados e Informações

36 **CDS**

Coordenadoria de Desenvolvimento Social
Renda Cidadã/ Ação Jovem/ Família Paulista/ PETI/ Bolsa Família/ BPC

48 **CAS**

Coordenadoria de Ação Social
PSB/ PSE/ Refugiados/ Primeira Infância

62 **COED**

Coordenadoria de Políticas sobre Drogas
Programa Recomeço

72 **SP AMIGO DO IDOSO**

Selo/ Equipamentos/ Outubro Mês da Prevenção

76 **EDESP**

Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo
CapacitaSUAS

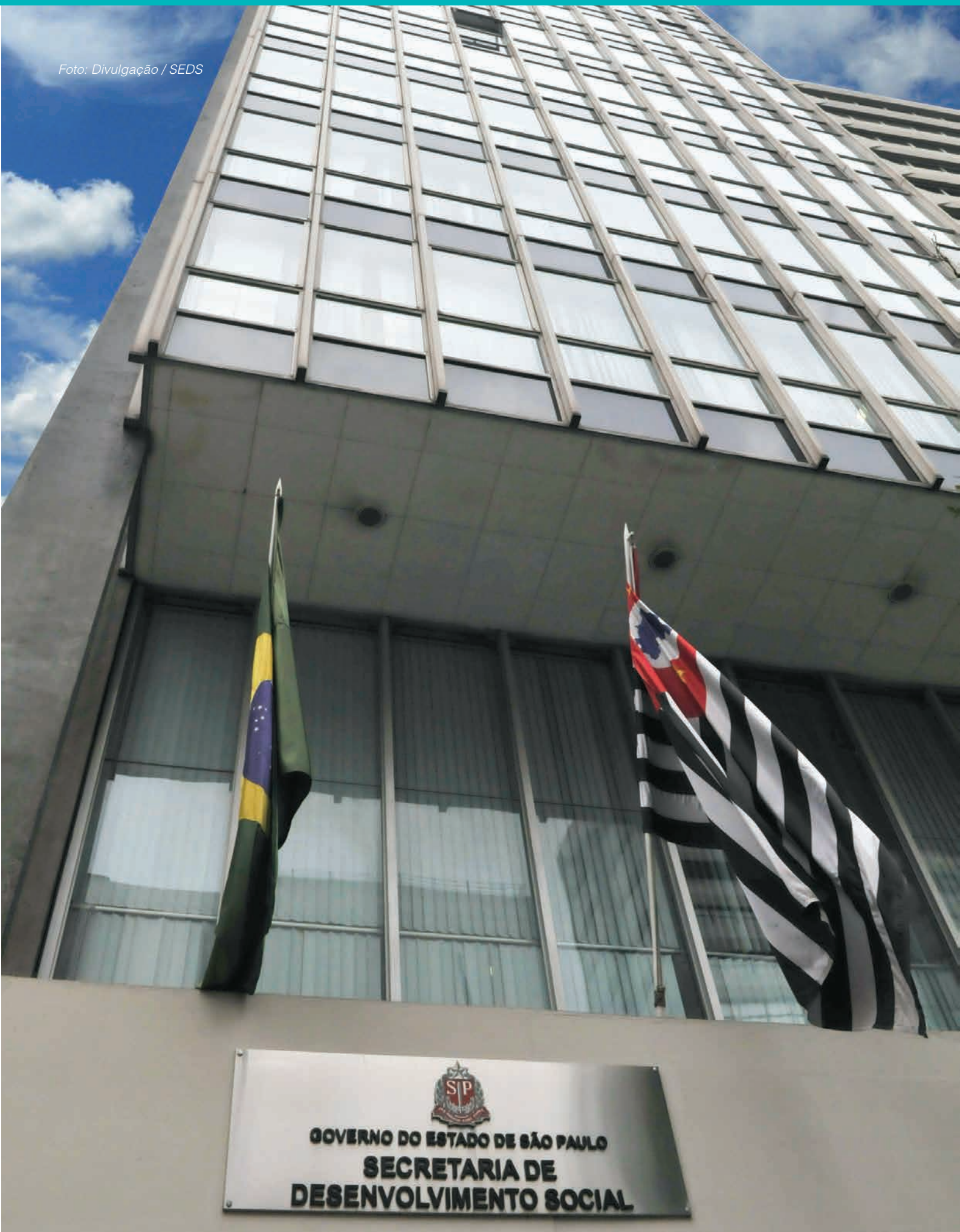
80 **CONSELHOS**

CONSEAS, CEI e CONDECA

88 **SAIU NA IMPRENSA**

Comunicação SEDS
Publicações/ Artigos/ Galeria de Fotos

Foto: Divulgação / SEDS



O presente relatório apresenta o desempenho das áreas da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo (SEDS)** relativo ao ano de 2016. O conteúdo apresentado organizou-se segundo as ações executadas de cada uma das coordenadorias, diretorias, departamentos e da Escola de Desenvolvimento Social (EDESP), que compõem a estrutura da SEDS, bem como as ações dos órgãos de controle social vinculados à Pasta.

Apresentamos de forma consolidada o desenvolvimento das atividades realizadas pela SEDS, que culminaram na concretização de grande parte de nossos objetivos. Esperamos que este relatório sirva de instrumento de reflexão e base para o desenho de novas estratégias e ações por parte de todos os atores envolvidos na construção da Política de Assistência Social no Estado de São Paulo, e das políticas de segurança e sobre drogas.

O conteúdo apresentado incorporou os princípios de governança pública que, nestes últimos dois anos, nos esforçamos para fortalecer. Aprimoramos o gerenciamento de processos e atividades, promovendo prestação de contas responsável (accountability) e a transparência de nossas ações.

Além do fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a SEDS empenhou-se na coordenação das ações estratégicas da Política sobre Drogas no Estado de São Paulo por meio do Programa Recomeço – Uma Vida Sem Drogas. Em dezembro de 2015, o governador Geraldo Alckmin reorganizou, por meio da assinatura do Decreto Nº 61.673, o Programa Estadual de Políticas sobre Drogas, que trouxe mudanças importantes no paradigma da Política Pública sobre drogas.

A Segurança Alimentar também se encontra inserida nas Políticas Públicas de redução das desigualdades sociais e da erradicação da pobreza. No Estado de São Paulo, os dois programas que promovem o acesso da população a uma alimentação de qualidade são o Bom Prato e o Vivaleite.

Assim, a divulgação de informações é um compromisso do Governo do Estado de São Paulo com a transparência e com o controle social. A disseminação de informações sobre Políticas Públicas estimula a cidadania e a participação social. Aproxima a sociedade da gestão e contribui para que os interesses coletivos sejam assegurados.



PALAVRAS DO SECRETÁRIO

Para nós, brasileiros, o ano de 2016 foi marcado por uma palavra: instabilidade. Vivenciamos mais um processo de impeachment, acompanhamos o desmantelamento de um enorme esquema de corrupção, envolvendo importantes instituições públicas e privadas.

A recessão em que vivemos e, que provavelmente irá nós acompanhar em 2017, não repercutiu apenas no cenário político. Retração do PIB, queda generalizada na produção da indústria e agropecuária, altas taxas de juros, inflação acumulada em 10,36%, além de taxa de desemprego assustadora (11,8% no terceiro trimestre de 2016).

A deterioração dos indicadores de emprego e renda resultam em um perverso efeito colateral: o empobrecimento das famílias. Pode-se dizer que o Brasil está na contramão da consumação de uma sociedade equânime. A crise política e econômica acirra as desigualdades e, pior, torna ainda mais difícil a tarefa de os estados e municípios ofertarem serviços de qualidade.

Julgo este preâmbulo essencial para compreendermos os caminhos trilhados em 2016 pela **Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo**, pois a Política de Assistência, como qualquer outra Política Pública, não se desenvolve alheia à realidade e às necessidades de nossos cidadãos.

Apesar da crise econômica no País, o governador Geraldo Alckmin manteve a saúde financeira de São Paulo. Enquanto, alguns Estados da federação estão à deriva, a austeridade e a boa gestão permitiram à São Paulo honrar os salários de seus servidores e não reduzir valores nos investimentos relativos a saúde, assistência social e educação.

O governador Geraldo Alckmin manteve o repasse aos Fundos municipais com o mesmo valor do ano subsequente. Não diminuimos o recurso investido nos nossos municípios, ou seja, em 2016 repassamos aos Fundos Municipais de Assistência R\$196.946.264,46. No que se refere a outros programas da SEDS, ampliamos o número de vagas no Programa Recomeço e inauguramos mais uma unidade do Restaurante Bom Prato na Baixada Santista.

Em 2016, aprimoramos a reprogramação do recurso passado pelo FEAS, como resultado, garantimos que R\$ 9.327.833,43 beneficiassem 205 municípios paulistas. Nossa meta é orientar para que os municípios utilizem todo o recurso do FEAS no enfrentamento à pobreza e às vulnerabilidades sociais crescentes em tempos de crise.

Compete ao Estado integrar ações e convergir estratégias para que os municípios paulistas sejam fortalecidos e caminhem na mesma direção. Neste contexto, é pauta perene das prioridades do Governo do Estado de São Paulo o estabelecimento de uma Política Pública sensível às desigualdades regionais, capaz de reconhecer as dimensões do desenvolvimento econômico, ambiental e social.

Para tanto, temos fundamentado nossa gestão em modelos que ampliem a inter-relação institucional e que promovam o aprimoramento administrativo da SEDS, incorporando, nas práticas cotidianas dos diferentes setores, o planejamento estratégico. Diante da crise, meu empenho pessoal foi o de internamente tornar os processos, o acesso a dados e repasses mais efetivos e ágeis e, externamente procurar novos caminhos para a captação de recursos para a Assistência Social.

Neste ano, focamos nosso trabalho na unificação de cadastros através do Portal Social Paulista e avançamos no desenvolvimento do Sistema gerencial dos programas sociais da SEDS voltado à garantia de acessos a bens e serviços aos cidadãos em situação de vulnerabilidade, importante ferramenta para a padronização das atividades de acompanhamento e supervisão técnica do SUAS no Estado de São Paulo.

Não poderia deixar de ressaltar uma importante conquista: a finalização do sistema de Business Intelligence (BI), instrumento que irá relacionar informações provindas de diferentes programas e cadastros, sejam eles federais, estaduais ou municipais. Além disso, as ferramentas envolvidas na solução de Business Intelligence adotada pela SEDS auxiliam a organização na tomada de decisões, fornecendo análises preditivas, racionalizando processos e gerando economicidade para a gestão. Aprimorar nossos sistemas de monitoramento é fortalecer um importante eixo da Política de Assistência Social, ou seja, a vigilância socioassistencial. Sabemos que a vigilância é dinâmica, contínua e perene. Investir na vigilância é um compromisso com o bom uso dos recursos públicos, pois é a vigilância socioassistencial que garante a sinergia entre as demandas territoriais e as ações para superação das vulnerabilidades sociais.

Outra importante estratégia de gestão adotada foi a Sala de Situação que monitora e presta apoio técnico ao planejamento de programas, projetos e serviços previstos no Plano Estadual de Assistência Social 2016-2019. Além de monitorar os avanços previstos pelo PEAS, a SEDS instituiu um Grupo de Trabalho para desenvolver o Primeiro Plano Decenal do Estado de São Paulo, em consonância ao Plano Federal publicado pela Resolução CNAS 07/2016.

Com relação ao fortalecimento da Política da Assistência, demos outro passo importante: desenvolvemos, com a participação de representantes de equipes técnicas e da sociedade civil, sugestão de regulamentação da Política no Estado. Nossa meta é constituir um marco legal que balize a execução das atribuições do Estado de São Paulo, fortalecendo assim, o comando único preconizado pelo SUAS. Aprimorar a gestão também implica qualificar a rede socioassistencial. Neste ano o CapacitaSUAS no Estado de São Paulo mobilizou professores, especialistas e técnicos da assistência em 22 polos, atingindo 2.109 profissionais da rede. Nosso compromisso com a qualificação resultou na implementação de um Comitê de Educação Permanente da Seds, que terá a atribuição de fomentar os Núcleos de Educação Permanente no Estado (Resolução SEDS nº 28/ 2016).

Para finalizar a questão relativa aos passos para o fortalecimento da gestão, 2016 foi um ano em que nos dedicamos a estudar, regulamentar nossos processos e capacitar nossas equipes para a Lei 13.019, marco legal que reestruturou as relações entre o poder público e as organizações da sociedade civil. Como disse, meu trabalho em 2016 se deu em duas frentes, dediquei-me a aprimorar as ferramentas de gestão da Pasta e, também a buscar parcerias e novas possibilidades de arrecadação. Sigo a premissa de que o desenvolvimento social depende da soma de esforços.

Buscar parcerias implica somar esforços, tanto com a sociedade civil, quanto com as outras políticas. Neste sentido, dois Programas da SEDS são exemplos de trabalho em rede e intersectorialidade. O Programa Família Paulista fundamenta-se na gestão integrada e intersectorial e, objetiva a superação da abordagem setorializada e a sobreposição de ações e Políticas Públicas.

O Programa Recomeço – Uma vida sem Drogas compreende o uso abusivo de drogas como um fenômeno biopsicossocial, cuja superação depende da garantia de uma rede de proteção social. A intersectorialidade integra as ações das Secretarias da Segurança Pública e da Educação com as Secretarias da Saúde; da Justiça e da Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento Social. A complementariedade das políticas assegura o atendimento integral aos usuários e seus familiares. Estamos convictos de que o fortalecimento dos municípios, das redes locais e o protagonismo das famílias são os pilares para a consumação de um Estado mais equânime e justo.

Por fim, contamos com os conselhos de garantia de direitos vinculados à SEDS, são eles: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) e o Conselho Estadual do Idoso (CEI) ambos tiveram editais de chamamento público abertos, permitindo que entidades e prefeituras pudessem fortalecer a política de atendimento a idosos, crianças e adolescentes.

Estes são públicos que exigem nossa atenção. Investir em nossas crianças e jovens é investir em nosso futuro. Uma sociedade sadia e justa depende da oferta de educação de qualidade e acessos a serviços que promovam o desenvolvimento integral de nossas crianças.

Paradoxalmente, a transformação etária no Estado de São Paulo já é uma realidade. Hoje, a população idosa representa 13% da população total do Estado de São Paulo (5.895.571 idosos) sendo que a projeção para 2030 é de 9.316.614 (Fonte: Fundação Seade - 2015). Ou seja, devemos estruturar políticas capazes de enfrentar estes desafios, o Governo do Estado tem feito isso através do Programa SP Amigo do Idoso.

O presente relatório de gestão sistematizou os avanços administrativos, bem como as principais ações e programas desenvolvidos pela SEDS no ano de 2016. Nosso compromisso com a presente publicação fundamenta-se na transparência, no respeito com a coisa pública e com o controle social.



“Juntos estamos construindo essa realidade. Juntos São Paulo pode ser para todos”.

Floriane Pesaro

Sociólogo e Secretário de Estado de Desenvolvimento Social



AVANÇOS E DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Um relatório de gestão é sempre um momento precioso de avaliação e prestação de contas da ação. É consolidação da transparência pública, compromisso fundamental na democracia e na busca de construção participativa, propósito maior da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo.

Integrei, por quase dois anos, a valorosa equipe da SEDS na implementação e no desenvolvimento das Políticas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Enfrentamento às Drogas no Estado de São Paulo. Acompanhei o esforço da equipe do secretário Floriano Pesaro no aprimoramento e no desenvolvimento de ações e projetos. Não poderia deixar de fazer os seguintes destaques:

- Segurança Alimentar: esforço na qualificação das entidades que integram o Programa Vivaleite e o Bom Prato, ações pontuais foram desenvolvidas para qualificar o atendimento e capacitar as equipes sobre a rede socioassistencial.
- Política Sobre Drogas: ampliação da rede do Programa Recomeço, bem como a qualificação das Comunidades Terapêuticas, em um esforço de alinhamento técnico – metodológico dos diferentes atores que compõem a rede.
- Fortalecimento das políticas intersetoriais na garantia do cumprimento das condicionalidades dos Programas de Transferência de Renda, em destaque o Bolsa Família. Fortalecimento do CadÚnico entre gestores da Assistência Social, de forma a impactar no IGDM (Índice de Gestão Descentralizada Municipal) dos municípios paulistas.
- Implementação do Programa Família Paulista, com foco em 28 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), nos quais se concentram 1,1 milhão de pessoas que representa 58,4% da população em extrema pobreza do Estado. Trata-se de um Programa que articula a intersetorialidade e visa à focalização das ações de diferentes políticas, racionalizando recursos públicos para o fortalecimento da família e da comunidade. (Fonte: Fundação Seade – 2010)

Hoje, compartilho intensamente a implementação e o desenvolvimento da política em âmbito nacional. Digo sempre implementação e desenvolvimento de uma Política Pública porque ela não é estática, ao contrário, move-se na dinâmica do real; e, por isso mesmo, estamos a todo tempo, avaliando, corrigindo rotas e introduzindo novas diretrizes, programas e ações que respondam às demandas e às necessidades de proteção social de seu público-alvo.

O ano de 2016 foi especialmente difícil para nós brasileiros. A turbulência política ecoando nas manifestações populares, a desordem institucional, a corrupção em doses diárias, acrescida da severa crise econômica, nos alertavam para um campo minado ao desempenho das Políticas Públicas.

Em 2016, tivemos inflação persistente, retração econômica e aperto fiscal, conseqüentemente, corte expressivo de postos de trabalho. O desemprego é uma questão crucial para a Assistência, pois com ele temos o aumento da pobreza.

Neste caldo, pareceu-nos que o desempenho da Política de Assistência Social iria retroceder. No entanto, não foi o que ocorreu!

A Política de Assistência Social vem crescendo e inovando. O primeiro destaque que gostaria de fazer diz respeito ao compromisso do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) em quitar, integralmente, as dívidas da Assistência Social deixadas pelo governo anterior. A Pasta liberou, em 2016, R\$ 2,93 bilhões diretamente aos fundos municipais, estaduais e do Distrito Federal, valor que corresponde ao montante total devido nos anos de 2014, 2015 e grande parte de 2016.

Sabemos que o município opera as ações. Assim, a regularização dos repasses é uma medida para evitar que serviços e programas sejam interrompidos, fragilizando a Assistência Social, prejudicando ainda mais as famílias e indivíduos em situação de risco ou vulnerabilidade. Outros avanços que envolvem tanto o MDSA quanto a SEDS, e nos servem como exemplo da descentralização política e do comando único na assistência, merecem ser destacados:

- O Programa Bolsa Família mantém-se inclusive com uma correção de 12,5 % na complementação de renda transferida, além do aumento de 4,5% entre os beneficiários no Estado de São Paulo no comparativo de 2015 e 2016. O Cadastro Único é fortemente valorizado pela gestão Estadual. A SEDS fez um grande esforço em fortalecer o cadastro entre os órgãos gestores, sendo que, em 2017, pretende-se alcançar a marca de 3.831.557 famílias paulistas cadastradas.



O fortalecimento da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) com câmaras técnicas aguerridas para avaliar e avançar na atenção socioassistencial. Ressalto a importância da participação da equipe técnica da SEDS nas Comissões Temáticas relativas às Medidas Socioeducativas e Primeira Infância.

A implementação do Primeira Infância no SUAS, integrando o Programa Criança Feliz, prioridade do Governo federal, irá expandir recursos ao SUAS, ampliando os repasses feitos aos municípios e aos Estados. Os municípios que aderirem ao Programa terão fortalecida a ação protetiva junto a famílias com gestantes e crianças de zero a seis anos. No Estado de São Paulo, são 300 municípios elegíveis. Como se vê, não foram poucas as ações implementadas e desenvolvidas em 2016 no Brasil e no Estado de São Paulo.

As conquistas da Política da Assistência, sejam elas Estaduais ou Federais, são frutos de parcerias e do trabalho intersetorial. Assim, ampliar a participação de organizações e entidades sociais vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais e como cogestoras, por meio da participação nos conselhos de assistência social é fundamental.

Além disso, aprimorar a gestão pública no âmbito das diferentes esferas de governo, focando ações e esforços é imprescindível para a consolidação da garantia de direitos equânimes em nosso País. À frente da Secretaria Nacional da Assistência Social, tenho testemunhado a cooperação e o compromisso entre o MDSA e a SEDS, do trabalho conjunto entre o Ministro Osmar Terra e o Secretário Floriano Pesaro colhemos muitos frutos: fortalecemos o pacto federativo e, conseqüentemente, o Sistema Único de Assistência Social.

Penso que, diante do atual cenário de crise, devemos somar esforços e aprimorar nossas estratégias de governança. Neste ponto, encerro agradecendo ao Secretário Floriano Pesaro pela parceria e por sua convicção de que somente juntos podemos ter uma sociedade justa, solidária e fraterna.

Maria do Carmo Brant de Carvalho

Secretária Nacional de Assistência Social



COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (COSAN)

Dois grandes avanços são deflagrados no que tange às Políticas de Assistência Social e à de Segurança Alimentar e Nutricional: ambas alçaram o patamar de Políticas Públicas. Dever do Estado e direitos do cidadão, muito recentemente, a primeira, na Carta Magna, em 1988, e a segunda, através de uma alteração naquele instrumento legal, a emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010.

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Em 2004, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, houve a efetiva integração das ações das Políticas Sociais, de Transferência de Renda e da Segurança Alimentar. Desta forma, a **Política de Segurança Alimentar** está no tripé da Proteção Social, tendo como respaldo a Política de Desenvolvimento Social.

Desta forma, a Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como primícias “combater a desigualdade social através da promoção de ações de segurança alimentar, combater a pobreza e outras formas de privação das famílias, promover o acesso à rede de serviços públicos, é criar possibilidades de emancipação dos grupos familiares e desenvolvimento local dos territórios”.

Programas de Segurança Alimentar do Estado

- **Bom Prato**

O Programa Restaurante Popular Bom Prato tem por objetivo propiciar ao público-alvo do Programa uma alimentação de qualidade, de alto teor nutritivo a preço acessível e, não obstante, amenizar a carência nutricional da população assistida, melhorando suas condições de vida e promovendo, de forma paralela, a segurança alimentar e o resgate à cidadania.



- **Vivaleite**

O Programa Vivaleite distribui gratuitamente leite fluido pasteurizado, enriquecido com ferro, vitaminas A e D para famílias com crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses. O Vivaleite é reconhecido como o maior programa de Segurança Alimentar governamental de distribuição gratuita de leite fortificado da América Latina.



Foto: Divulgação / SEDS -
Imagem meramente ilustrativa



BOMPRATO

Como parte da Política Pública desenvolvida para auxiliar no combate à carência nutricional da população de baixa renda, o **Programa Bom Prato** se insere em meio aos diversos programas oferecidos pelo Governo do Estado de São Paulo como forma de garantir o resgate da cidadania e a inclusão social de seu público-alvo.

Criado pelo Governo do Estado de São Paulo e desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO), o Programa Restaurante Popular Bom Prato foi instituído por meio do Decreto nº 45.547, de 26 de dezembro de 2000, dentro do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações carentes e regulamentado pela Resolução SAA 30, de 28 de dezembro de 2000.

Em 19 de janeiro de 2011, por meio do Decreto nº 56.674 assinado pelo governador Geraldo Alckmin, o programa Bom Prato passou a ser gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, deixando a Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Desde sua implantação, em dezembro de 2000, até dezembro de 2016, já foram servidas mais de 170 milhões de refeições para a população em situação de vulnerabilidade social. Para isso, o Governo do Estado já investiu mais de R\$ 443 milhões.

A primeira unidade, inaugurada em 26 de dezembro de 2000, foi a do Brás, na região central da cidade de São Paulo. Hoje o Bom Prato conta com 51 unidades em funcionamento, localizadas estrategicamente na Capital, Grande São Paulo, Interior e Litoral Paulista.



No almoço são servidos arroz, feijão, carne, farinha de mandioca, legumes, salada, pão, suco e fruta. São 1.200 calorias por prato, ao custo total de R\$ 5,19. O Governo do Estado subsidia R\$ 4,19 e o usuário complementa com o valor de R\$1,00. Freqüentadores até 6 anos e 11 meses de idade são isentos do pagamento e o repasse do Governo Estadual é integral. Em caso de parcerias com a Prefeitura, o Governo do Estado subsidia R\$ 3,19, a Prefeitura subsidia R\$ 1,00 e o usuário complementa com R\$ 1,00.

O almoço é servido a partir das 11h até o término da cota de cada unidade, que varia de 800 a 2.240 refeições por dia. Já o café da manhã é uma novidade desde 2011. As refeições matinais têm cerca de 400 calorias e são compostas de leite com achocolatado, café ou iogurte, pão com manteiga, requeijão ou frios e uma fruta da estação, ao custo total de R\$ 1,63. Neste caso, o Governo do Estado subsidia R\$ 1,13 e o usuário complementa com R\$ 0,50. Em geral são servidos 300 cafés diariamente em cada unidade, a partir das 7h.

Para a instalação do Restaurante Bom Prato, é firmada a parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos. Essa parceria inclui um repasse que varia de acordo com estudo técnico apresentado previamente, destinado à aquisição de equipamentos e adequação do imóvel.

Para implantação de novas unidades, a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN) realiza estudos de impacto da futura unidade sobre o comércio adjacente, análise da confluência dos meios de transporte e de circulação do público-alvo, seleção de municípios e/ou regiões que se enquadrem dentro dos padrões exigidos, e que se encontrem em nível precário de desenvolvimento humano. Desse modo, as novas unidades devem se localizar em regiões que atendam o público-alvo e, preferencialmente, estar próximas às estações de ônibus, metrô, trem e lotações, ou seja, locais de grande fluxo de pessoas. Além do fornecimento das refeições, vale lembrar que cada unidade gera de 15 a 20 empregos diretos, entre profissionais administrativos, gerentes, nutricionistas, cozinheiros, auxiliares de cozinha e limpeza, todos vinculados à entidade gestora, contribuindo para geração de renda, emprego e capacitação profissional.

A equipe de Nutrição da COSAN, em suas visitas periódicas, elabora relatórios de qualidade, aferição de temperatura dos alimentos e equipamentos, treinamento para os manipuladores e coleta de amostras das refeições servidas, as quais são enviadas ao Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), para a realização de análises laboratoriais, incluindo aspectos microbiológicos e físico-químicos. Além disso, a equipe de nutrição é responsável pela análise de cardápio de todas as unidades, pré-elaborado pelas nutricionistas de cada local, e pela realização de ações de promoção à alimentação saudável. Devido ao elevado padrão de qualidade exigido pelo Projeto, todos os Restaurantes Bom Prato, obrigatoriamente, contam com uma nutricionista.

Outros serviços sociais para utilização potencial do espaço

- ACESSA São Paulo: programa de inclusão digital do Governo do Estado de São Paulo. Computadores à disposição com acesso grátis à internet. (<http://www.acessasp.sp.gov.br/postos/>)



- Via Rápida Emprego: programa de qualificação profissional que oferece cursos rápidos e gratuitos em diversas áreas. No Bom Prato, são cursos relativos às áreas alimentícias e de gastronomia: ajudante de cozinha, cozinha industrial, culinária básica, manipulação e higienização de alimentos, pizzaiolo e panificação artesanal.

- Oficinas e outras modalidades de capacitação estão em desenvolvimento para melhor atender a população de cada território de acordo com a estrutura disponível na unidade.

Parcerias

- Agricultura Familiar: em 2016, foi ampliado diálogo entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento para incentivar a compra de produtos da agricultura familiar pelo Programa Bom Prato;
- Sabesp: ação de capacitação de toda rede de restaurantes Bom Prato, realizada pela Sabesp, visando redução de consumo de água e consumo consciente. Ação incluiu visitas monitoradas à estação de tratamento de água;
- Segunda Sem Carne: parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Sociedade Brasileira Vegetariana. O objetivo da campanha é possibilitar que a população descubra novos sabores e perceba que é possível ter uma refeição farta, saborosa e nutritiva sem carne. Após implantação na unidade de Santo Amaro, a campanha foi expandida para as unidades São Miguel Paulista e Lapa.



AÇÕES 2016

- Aumento do subsídio do almoço de R\$ 3,81 para R\$ 4,19 e café da manhã de R\$ 1,03 para R\$ 1,13;
- Ampliação da campanha Segunda Sem Carne para mais duas unidades. Atualmente a campanha acontece nas unidades Santo Amaro, São Miguel Paulista e Lapa;
- Inclusão de mais uma unidade Bom Prato em Santos / Morros;
- Ampliação e renovação da unidade Itaim Paulista, oferecendo ao público atendido instalações mais confortáveis;
- Revitalização para 18 unidades do Programa Bom Prato;
- Divulgação da pesquisa de Perfil de usuários do Programa Bom Prato, possibilitando um melhor conhecimento sobre o público atendido;
- Início de ciclo de ações formativas de caráter intersetorial, para todos os gestores da rede de restaurantes Bom Prato, focadas na qualificação dos serviços prestados ao público em vulnerabilidade social englobado pela Política de Assistência Social, promovendo uma complementariedade das Políticas de assistência e desenvolvimento social.

ATENDIMENTO/ ORÇAMENTO 2016

	REFEIÇÕES SERVIDAS	VALORES
TOTAL GERAL	170.000.000*	R\$ 57.351.096,25*

* Refeições Servidas: Café da manhã e Almoço

*De Janeiro a Dezembro/ 2016 – Recurso efetivado

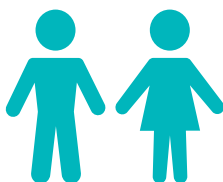
Pesquisa de Perfil de usuários

A Secretaria de Desenvolvimento Social promoveu uma pesquisa com usuários do Programa Bom Prato em 49 das 51 unidades em funcionamento, distribuídas no Estado de São Paulo, com o objetivo de atualizar o perfil do público atendido atualmente, os hábitos alimentares e a opinião sobre o serviço prestado, promovendo, assim, a melhoria contínua do Programa como um todo.

- Área da Pesquisa: São Paulo – Capital, Grande São Paulo, Litoral e Interior.
- Universo da Pesquisa: usuários dos restaurantes populares Bom Prato.

Resultados

Com o comparativo entre as pesquisas obtidas em 2014 e 2015, foi possível observar que o Bom Prato é um Programa do Governo do Estado bem consolidado, que atende às expectativas da população por proporcionar alimentação balanceada e segura a um preço considerado acessível pelos usuários. Nota-se que a população mais beneficiada se encontra entre trabalhadores e aposentados, que possuem renda de até três salários mínimos, representando a maioria do público usuário.



- Número de entrevistados: Houve aumento de 16,6% no número de entrevistados, em média sendo 45 entrevistados por restaurante em 2015, enquanto a média, em 2014, foi de 40 entrevistados por restaurante.
- Gênero: Comparativamente, houve aumento no número de usuários do gênero masculino. Em 2014, 53% do público atendido era masculino, enquanto 46% eram mulheres. Em 2015, 58% eram homens e 41,2% eram mulheres.
- Faixa etária: Foi observado que houve aumento proporcional dos usuários nas faixas etárias de 17 a 24 anos e maiores de 61 anos. Em 2014, somente 2,8% dos jovens na faixa dos 17 aos 24 anos utilizavam o serviço. Em 2015, este percentual, na mesma faixa etária, saltou para 5%. O mesmo fenômeno ocorreu com maiores de 61 anos.



- **Nível de instrução:** Mantém-se acima de 60% o número de usuários que apresenta somente o ensino fundamental e a segunda maior porcentagem o ensino médio, 25,6%.
- **Renda:** Verificou-se o aumento de 6,8% do número de usuários com renda entre 1 e 3 salários mínimos, representando a maior parcela em 2015. Notou-se que, em 2014, a maioria dos usuários possuía renda de até 1 salário mínimo. (Fonte: Pesquisa perfil de usuário, GEA, SEDS, 2015)
- **Perfil de trabalho:** Notou-se o aumento de 6,2% no número de usuários aposentados em relação a 2014. Em 2014, eram 38% e passaram a 44, 2% em 2015.

3x
por semana



- **Frequência no Bom Prato:** Observou-se aumento do número de usuários que utilizam “sempre”(3 vezes na semana) os restaurantes Bom Prato. Em 2014, esses usuários representavam 74%. Em 2015, passaram para 86%, representando aumento de 12%.
- **Motivo para frequência:** O principal motivo apontado continua sendo o preço das refeições (93% dos entrevistados), em seguida, a refeição saborosa e saudável dos pratos oferecidos (4% dos entrevistados).
- **Preferências alimentares nos restaurantes Bom Prato:** O prato preferido dos usuários do Bom Prato ainda é a tradicional feijoada (42%, em 2014 e 51% em 2015).
- **Qualidade dos serviços prestados:** Em 2015, 94,2% do público pesquisado avaliou como “ bom” ou “ótimo”. Em 2014, tínhamos o percentual de 91% para os mesmos níveis.



VIVALEITE

O **Vivaleite**, parte integrante do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações em vulnerabilidade social, entrou em vigor em 22 de dezembro de 1999. Desde 19 de janeiro de 2011, a Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN), administra o Programa, conforme Decreto nº 56.674, que distribui gratuitamente leite fluido pasteurizado, enriquecido com ferro, vitaminas A e D.

O Vivaleite é reconhecido como o maior Programa de Segurança Alimentar governamental de distribuição gratuita de leite fortificado da América Latina, cujo principal objetivo é oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo às crianças e idosos em situação de insegurança alimentar e condição de risco nutricional.

A qualidade do leite distribuído é constantemente monitorada em coletas de amostras que são encaminhadas para análise em laboratório credenciado pela Secretaria. Ocorreram, ao longo do ano, aproximadamente 170 coletas. Para garantir a qualidade do produto, a SEDS busca intensificar, com as autoridades competentes, a fiscalização do transporte do leite, desde a distribuidora até o ponto de entrega (prefeitura ou entidade).

Para cumprimento do decreto 57.501, de 8 de novembro de 2011, que se refere ao Cadastro Estadual de Entidades, a Secretaria, com o apoio e colaboração da Corregedoria Geral de Administração, firmou Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo e, com a ajuda dos contadores inscritos no Programa de Voluntariado da Classe, as entidades parceiras do Vivaleite recebem auxílio e orientação quanto às suas obrigações burocráticas.

Foram realizadas reuniões regionais com as entidades parceiras com o objetivo de conferir maior transparência e compartilhamento de ideias para fortalecimento da rede, além de aprimorar o controle no cadastramento dos beneficiários, na prestação de contas, bem como nos objetivos do programa.

A Secretaria de Desenvolvimento Social trabalha pela unificação cadastral dos beneficiários através do CadÚnico. Assim, além de uma maior confiabilidade nos dados socioeconômicos das famílias, haverá o compartilhamento dos dados com outros programas e ações do governo.

DADOS VIVALEITE 2016

MÉDIA MENSAL DE BENEFICIÁRIOS:	447.628
MÉDIA MENSAL DE CRIANÇAS:	350.219
MÉDIA MENSAL DE IDOSOS:	97.409
PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO DO LEITE NO INTERIOR:	3.061
ENTIDADES PARCEIRAS NA CAPITAL E RMSP*:	1.962
USINAS CONTRATADAS NO PROJETO:	28
TOTAL DE LITROS DISTRIBUÍDOS:	80.254.028
TOTAL DE INVESTIMENTO:	R\$168.048.744,25

**RMSP - Região Metropolitana de São Paulo*

AÇÕES 2016

- Realização de 4 Feiras de Artesanato “Revelando as Entidades”, para geração de trabalho e renda;
- Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Regional de Contabilidade;
- Renovação dos Convênios;
- Garantia de um alto padrão na qualidade do produto;
- Fortalecimento da rede de Entidades Sociais parceiras do Programa;
- Reuniões Regionais com Entidades;
- Inclusão das famílias do Vivaleite na Rede de Proteção Social.



COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA (CGE)

A **Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE)** é a responsável na SEDS pela Vigilância Socioassistencial. De acordo com a NOB SUAS de 2012, a Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da Política de Assistência Social e deve ser realizada por intermédio de produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata:

- I - das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;
- II - do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

A Vigilância Socioassistencial tem como função monitorar e avaliar a gestão estadual do SUAS, programas, projetos e benefícios da Pasta, bem como, realizar estudos, pesquisas técnicas e diagnósticos socioterritoriais. Possui também a atribuição de coordenar a gestão dos sistemas de cadastro das entidades e dos cidadãos pertencentes a segmentos prioritários para a Política de Assistência Social, no âmbito do Estado de São Paulo. A partir do ano de 2016, em consonância com o Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) 2016-2019, a CGE também é responsável pelo Projeto Sala de Situação.

Sala de Situação

A **Sala de Situação** é responsável pelo monitoramento e pelo apoio técnico do planejamento dos programas, projetos e serviços previstos no PEAS 2016-2019. Para isso, coleta e processa os dados de execução das ações por ela monitorados e, sempre que necessário, auxilia os gerentes no planejamento dos seus projetos.

O projeto visa ao aprimoramento da metodologia de gestão, associado ao monitoramento e à avaliação permanentes da política, dos programas e dos projetos sociais. A Sala de Situação, portanto, é o instrumento para monitorar todas ações previstas no PEAS 2016-2019 em todas as suas fases (agenda, concepção, formulação e implementação), garantindo, assim, os resultados esperados. Além disso, torna-se um mecanismo para fortalecer a governança, que é a capacidade gerencial de formular e implementar Políticas Públicas, e a accountability da Pasta, ou seja, a obrigação ética, enquanto Poder Público, em prestar contas sobre o que fazemos, como fazemos e com quais recursos.

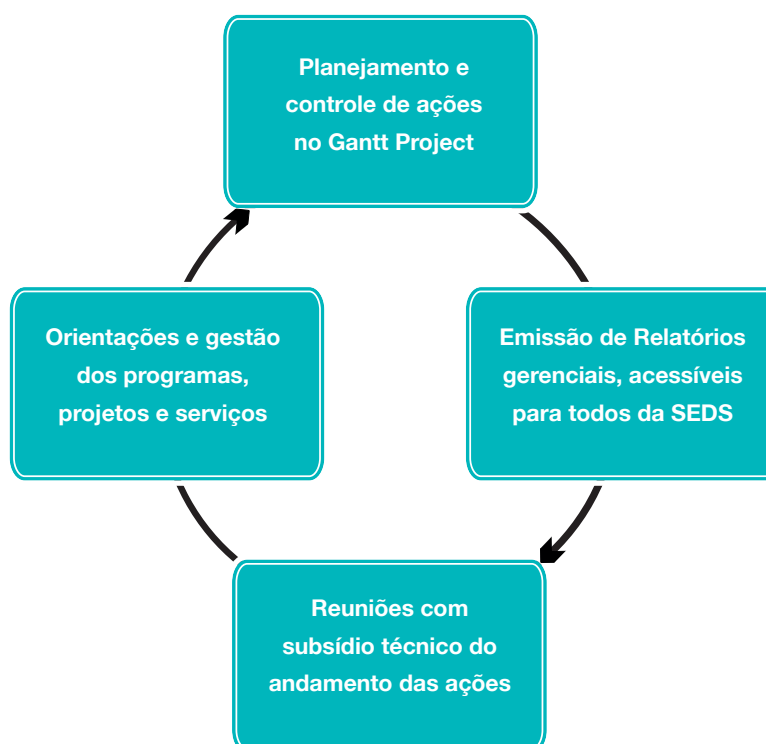
Para a realização da implementação da Sala de Situação, foram realizadas três fases de ações. A primeira delas, antecede e prepara os gestores da Pasta para a implementação da Sala de Situação. A segunda é a própria Sala de Situação, onde se implementou uma sistemática de trabalho para o acompanhamento de evolução. E, por fim, a terceira fase, quando inicia-se o monitoramento dos resultados do trabalho a que nos propusemos a fazer.

Em paralelo a esse processo, a Sala de Situação desenvolveu dois sistemas de monitoramento, o primeiro que gera relatórios semanais de acompanhamento dos projetos, a partir dos dados obtidos pela ferramenta Gantt Project, e o segundo que monitora os indicadores previstos para cada projeto do PEAS 2016-2019, que viria a ser utilizado na terceira fase do projeto. No dia 16 de agosto, geramos o primeiro relatório oficial da Sala de Situação. Desde então, são gerados semanalmente 30 relatórios e disponibilizados na intranet, espaço virtual do servidor, ao qual todos da SEDS têm acesso, fortalecendo, assim, a transparência da gestão.

Cada relatório, permite um nível de detalhamento, a partir do interesse do leitor. São eles:

- Visão global: relatório com o status geral de todos os programas, projetos e serviços da SEDS e o status das ações consideradas prioritárias pela gestão;
- Relatórios temáticos: relatórios divididos pelas frentes temáticas da Pasta, independente da organização estrutural da Secretaria. Cada relatório possui um panorama geral - mais detalhado que o Visão Global – dos projetos envolvidos naquele tema. São os temas: Fortalecimento da Gestão, Vigilância Socioassistencial, Proteção Social, Segurança Alimentar, Transferência de Renda e Benefícios e Programas Estratégicos;
- Relatórios detalhados: relatórios detalhados de cada um dos programas, projetos e serviços da Pasta;
- Relatório Financeiro: relatório financeiro detalhado sobre cada um dos programas, projetos e serviços da Pasta;
- Matriz de Responsabilidade: relatório gerencial, em que é possível enxergar a atribuição dos servidores nos projetos em que estão envolvidos.

Desde então, a Secretaria vive o seguinte ciclo de gestão:



GRANDES NÚMEROS

Foram gerados 600 relatórios, com diferentes níveis de detalhamento. A Sala de Situação é o resultado de um trabalho integrado e participativo, que só é possível com a adesão de todos os servidores da Secretaria. É, portanto, positiva para aqueles que atuam diretamente nos projetos, pois tem seus esforços valorizados, reconhecidos e recebem apoio dos demais gestores; fornece subsídio técnico para a tomada de decisão dos dirigentes e ainda permite uma gestão mais transparente para todos.

Aprimoramento, Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia da Informação para Aperfeiçoamento da Política Socioassistencial no Estado de São Paulo

O sistema de **Business Intelligence (BI)** Cognos da IBM é um dos produtos oriundos do Projeto Avaliação e Aprimoramento da Política Social no Estado de São Paulo, cofinanciado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e que teve como objetivo melhorar a eficiência e a efetividade da Política de Assistência Social do Estado de São Paulo e dos projetos de assistência, promoção e desenvolvimento social, mediante apoio ao desenvolvimento institucional da Rede de Proteção Social do Estado de São Paulo.

Em 2015, foram realizadas entrevistas da empresa Scala IT (UZTECH SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA), para modelagem e arquitetura do sistema, com as diversas áreas da SEDS responsáveis pelas seguintes bases de dados: CadÚnico, Bolsa Família, Censo SUAS, Pró-Social, Renda Cidadã, Ação Jovem, PMASweb, Vivaleite, Bom Prato, Censo Demográfico/IBGE, índices da Fundação Seade e MSEweb. As equipes dos Programas Família Paulista e Recomeço foram entrevistadas, apresentando suas demandas, mas não possuíam, à época, bases de dados para inserção no BI. Também foram validados produtos previstos em contrato (modelagem, qualidade de dados e carga das bases de dados dos sistemas transacionais que foram disponibilizadas para teste no sistema do BI), além de acompanhamento do cronograma previsto e executado.

Público Envolvido: Servidores da Secretaria

Início: Julho/2015

Término: Setembro/2016

Recurso envolvido: R\$890.000,00 oriundos do Contrato de Prestação de Serviço de Consultoria Profissional n.º BRA 10-33107/2015 (PNUD/SEDS/Scala IT), além de R\$ 122.000,00 para consultor sênior em tecnologia da informação contratado nos termos do TOR COMP 03/01/2015 – PNUD para fins de diagnóstico da implantação do BI e atividades de acompanhamento e gestão do projeto.

AÇÕES 2016

- Pré-Homologação das bases no BI (Aplicativo Renda Cidadã, Aplicativo Ação Jovem, Bom Prato, Vivaleite, CadÚnico, Censo IBGE (2000 e 2010), Censo SUAS, Bolsa Família, MSEweb, Planilhas de dados orçamentários, PMAS 2013 a 2015 e Pró-Social – Módulos Beneficiários e Instituições), com o objetivo de corrigir e validar os modelos propostos pela empresa;
- Capacitação para as áreas diretamente relacionadas, ou seja, aquelas que contribuirão diretamente, fornecendo informações sobre as bases de dados de que são responsáveis e/ou com solicitação de dados/relatórios;
- Homologação das bases no BI, com o objetivo de verificar a validade do modelo e dos dados;
- Operação assistida, com a participação das áreas diretamente relacionadas (mencionadas anteriormente), com o principal objetivo de gerar relatórios pré-formatados, de acordo com a necessidade das áreas.

Para continuidade das ações do sistema BI, tanto em termos de suporte quanto no processo evolutivo de aprimoramento da ferramenta, foi realizado o processo licitatório nº 1307/2016 - Prestação de serviços de Suporte em T.I. – Business Intelligence, no dia 16/09/2016, tendo como vencedora a empresa UZTECH SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA.

Sistema para Gestão da Assistência Social

A SEDS em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP) desenvolveu um sistema que objetiva maior visibilidade, transparência e efetividade na gestão do SUAS no Estado de São Paulo. O Sistema para Gestão da Assistência Social (SIGSUAS) irá monitorar as atividades de acompanhamento e supervisão técnica do SUAS, organizando-as de maneira a agilizar e subsidiar a gestão da Assistência Social tendo como foco o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O primeiro módulo deste sistema agilizará e organizará o registro, fluxo, acompanhamento e a avaliação das ações que compõem os Planos de Providências e os Planos de Apoio previstos pela Política de Assistência Social, e descritos na Resolução nº 8, de 14 de julho de 2010, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Posteriormente, e em etapas consecutivas, serão criados outros módulos interligados a este primeiro, que registrarão as informações sobre a supervisão e acompanhamento técnico realizado pelas Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) à gestão municipal, através das visitas técnicas, além de disponibilizar um conjunto de informações e indicadores selecionados sobre cada um dos municípios e que possa identificar possíveis situações a serem adequadas ao SUAS.

AÇÕES 2016

- Desenvolvimento da versão preliminar do primeiro módulo do sistema, coordenado pelo Departamento de Normatização e Informática da SEDS;
- Verificação e homologação da versão preliminar do primeiro módulo do sistema, realizado pelo Grupo Estadual de Gestão do SUAS.
- Apresentação da versão preliminar do primeiro módulo do sistema aos principais atores envolvidos e que participarão ativamente nos fluxos desenhados para a gestão, solicitando a eles que, após esta apresentação, iniciem o pré-teste do sistema e contribuam para seu aperfeiçoamento com sugestões e comentários. Estas reuniões de apresentação do Sistema já foram realizadas com:
 - Coordenadoria de Ação Social, Proteção Social Básica e Especial, principais envolvidas atualmente com os planos de providências e planos de apoio;
 - Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo (CIB/SP);
 - Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS);
 - Seis reuniões de macrorregião com a participação dos diretores e técnicos de todas as 26 DRADS.

Portal Social Paulista

No Estado de São Paulo, cerca de 300.000 famílias, aproximadamente 1.200.000 pessoas, vivem em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social. O Governo do Estado de São Paulo passou a utilizar o Cadastro Único como único cadastro social, por ser esta uma importante ferramenta de identificação e caracterização socioeconômica das famílias. O Cadastro Único foi instituído pelo Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e sua gestão, regulamentada pela portaria nº 177, de 16 de junho de 2011. Em setembro, estavam cadastradas 1.169.769 de famílias (Dados: Site do MDSA) com renda per capita familiar de até R\$ 85,00 e, muitas vezes, sem acesso aos serviços públicos, como saneamento básico, saúde, educação, trabalho e renda, tendo seus direitos violados.

A Secretaria de Desenvolvimento Social em cumprimento às suas responsabilidades e compromissos com a Política Nacional de Assistência Social com o Sistema Único de Assistência Social, estabelece programas, benefícios e projetos socioassistenciais com o fim de minimizarem os efeitos sociais negativos deste quadro e a erradicação da pobreza no Estado de São Paulo. Para aprimorar a gestão dos programas sociais, a SEDS contratou a Fundação Ezute para o desenvolvimento do Sistema Portal Social Paulista com objetivo principal de unificar os cadastros dos programas sociais, utilizando a base de dados do Cadastro Único, melhorando a gestão e a sistematização das informações, que poderão ser considerados para diagnóstico, formulação e implementação de Políticas Públicas no Estado.

A Fundação Ezute apresentou o desenho do projeto para validação das equipes e início do desenvolvimento do Sistema. Na sequência, ocorreram sistemáticas reuniões com as equipes envolvidas para testar as funcionalidades, propor melhorias e homologar as entregas.

Todo o desenvolvimento do Sistema e implantação foram realizados conjuntamente com os coordenadores e técnicos da Pasta, iniciando com levantamento de fluxos e requisitos dos programas. Com o **Portal Social Paulista**, será possível configurar e parametrizar os cadastros dos diversos programas sociais, podendo aplicar critérios de avaliação em registros de pessoas/famílias, acesso e priorização dos potenciais elegíveis e beneficiários para atendimento prioritário às famílias em maior vulnerabilidade social.

As funcionalidades do Sistema possibilitarão o cadastramento de instituições parceiras e sua área de influência; o controle das vagas dos programas sociais; o estabelecimento dos critérios de elegibilidade e priorização para seleção automática de potenciais beneficiários dos programas sociais, conforme as regras de cada programa para a vinculação das famílias de baixa renda, através de uma instituição parceira, além de disponibilizar diversos relatórios, que servirão de base para o acompanhamento dos fluxos.

Com a implantação do Sistema, os Programas sociais existentes na Secretaria de Desenvolvimento Social: Renda Cidadã, Ação Jovem, Vivaleite e Família Paulista serão aprimorados para operar com novas funcionalidades e regras de decisão frente aos requisitos do novo modelo de banco de dados – único e integrado.



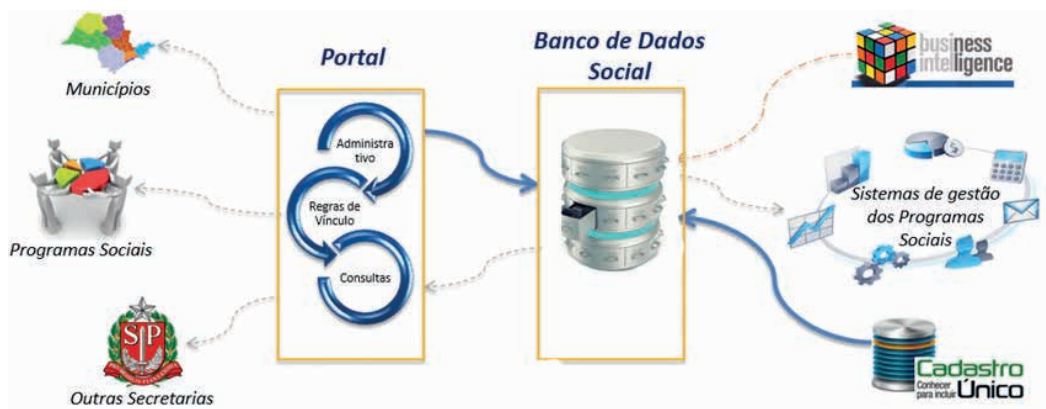
FIQUE SABENDO

Destina-se a disseminar informações e análises sobre a estrutura dos órgãos e serviços constitutivos da Política de Assistência Social no Estado de SP a partir de dados do **Censo SUAS**. A edição apresenta temas diversos: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência da População de Rua (Centro Pop), Acolhimento Institucional, Centro de Convivência, Gestão e Conselhos Estaduais e Municipais. Todos os temas apresentam dados referentes à identificação, estrutura física, serviços e recursos humanos.

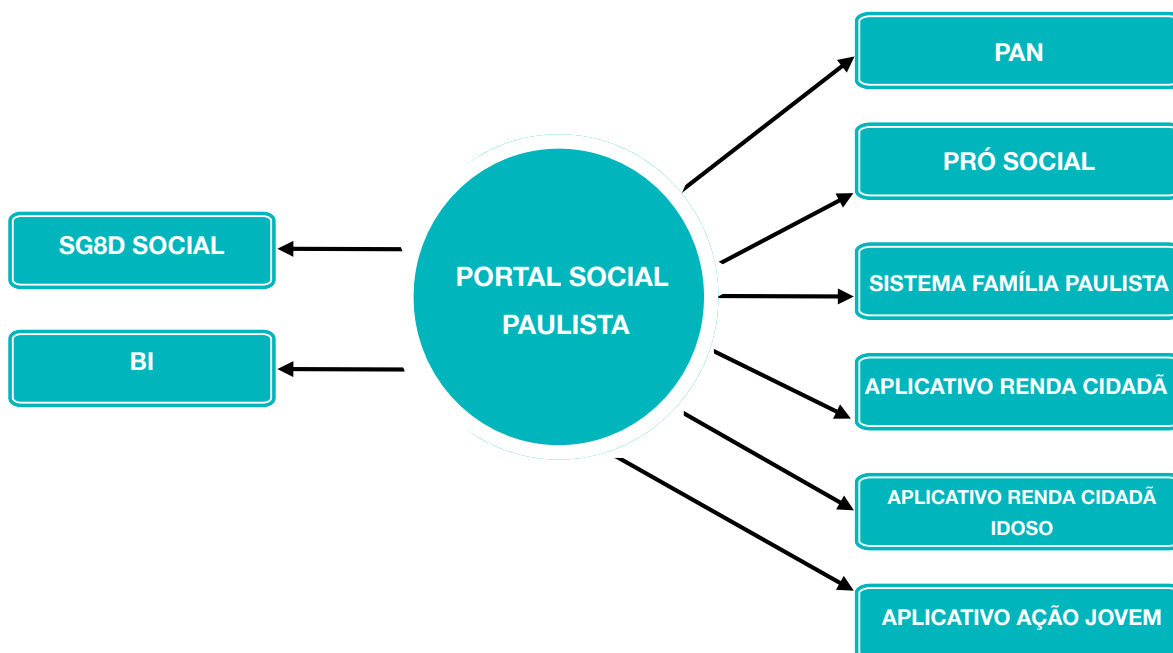
Em 2016, foi elaborada a edição do Censo Suas 2015, que se encontra disponível no site da SEDS. Cada edição contém gráficos, tabelas e análises, permitindo uma melhor mensuração dos aspectos abordados, sempre que possível, efetuando comparações com os resultados dos Censos anteriores.

Projeto Portal Social Paulista

A utilização de um único cadastro social otimizará o tempo dos trabalhadores do SUAS e a gestão eficiente dos recursos públicos, coibindo gastos com diversos cadastros para atendimento da mesma população.



Estas informações também poderão subsidiar no **planejamento, formulação e implementação** de outras Políticas Públicas, tendo em vista assegurar a proteção social integral às famílias em vulnerabilidade social.





COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CDS)

A **Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS)** tem como principal missão gerir os Programas de Transferência de Renda (PTRs) de forma intersetorial e articulada entre os três níveis de Governo e demais estratégias institucionais. Como espaço estratégico de articulação de dados, informações e ações, a CDS atua na implementação de um novo modo de gestão da Política social, caracterizado pela intersetorialidade e pela transversalidade, buscando uma forma integrada de políticas e programas, que visam romper com o viés da fragmentação. Para isso:

- Articula com Secretarias estaduais para uma compreensão e abordagem multidimensional da extrema pobreza;
- Define metodologias e planos de capacitação voltados ao fortalecimento das competências dos atores envolvidos na execução de programas;
- Instrumentaliza as DRADS na gestão dos programas de transferência de renda para o acompanhamento e a gestão de fluxos e processos propostos;
- Propõe estratégias intersetoriais que considerem as necessidades particulares de cada território.

A CDS desempenha um importante papel no estabelecimento da Rede Social Paulista, promovendo integração com os Conselhos e demais Secretarias de Estado, dos Municípios, das entidades empresariais e sociais, visando às políticas integradas e focadas no desenvolvimento integral das pessoas e dos territórios, por meio de um conjunto de ações intersetorialmente articuladas.

Essencialmente caracterizados pela intersetorialidade, os programas, projetos e atividades consolidam-se por meio de multidemandas que são traçadas em parceria contínua com as demais áreas da SEDS, reputando ser fundamental a sinergia entre todas as coordenadorias para a efetividade de um conjunto de ações articuladas, aproximando-as na prestação de serviço ao mesmo público.

Dentre as novas metodologias e estratégias da Secretaria, destacamos nossa contribuição para a construção do Portal Social Paulista, como ferramenta que tem por objetivo a unificação de cadastros dos programas da SEDS com o CadÚnico, possibilitando identificar potenciais beneficiários e melhorando a focalização do segmento mais vulnerável da população no Estado de São Paulo. Mais do que uma inovação tecnológica, avançamos para uma nova compreensão frente à transparência dos critérios de elegibilidade dos programas de transferência de renda.

Ainda nessa perspectiva de articulação com as demais atividades da Secretaria, os programas, projetos e ações da CDS estão identificados com as abordagens adotadas pelo PEAS 2016-2019, que fomentaram um processo transformador ao fortalecer, na SEDS, uma gestão pública inovadora.

Na lógica de uma ação integrada, damos destaque, ao evento da “Construção do Cenário da Gestão e Acompanhamento dos Programas de Transferência de Renda no Estado de São Paulo”, que teve como objetivo principal fortalecer o diálogo intersetorial e contou com a participação das demais coordenadorias, além de técnicos e articuladores das Secretarias Estaduais da Saúde e da Educação.

A CDS seguiu, enfim, diretrizes como: considerar a pobreza como fenômeno multidimensional e complexo que transcende a ausência de renda e se manifesta em um conjunto de privações de bens, serviços e oportunidades; fomentar modelos de gestão colaborativos, dialógicos, sistêmicos e integrados; potencializar áreas, ações e programas de forma intersetorial; trabalhar de forma compartilhada com os Municípios; promover a participação cidadã, considerando o protagonismo das famílias como agentes de transformação.

Emblemático dessa atuação, o Programa Família Paulista foi desenvolvido pela CDS como uma estratégia intersetorial, coordenada pela SEDS, e implementado em articulação com diversas Secretarias Estaduais e com os municípios participantes, como um modelo de governança integrada e colaborativa para o enfrentamento da extrema pobreza e do desenvolvimento social.



O **Programa Família Paulista** é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e implementado em parceria com municípios, secretarias estaduais e entidades não-governamentais. Foi instituído pelo Decreto nº 61.675, de 02 de dezembro de 2015, como uma estratégia de enfrentamento à extrema pobreza, por meio de um modelo de gestão integrada e colaborativa pela prática de redes intersetoriais.

Neste primeiro ano, houve adesão de 28 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde estão 1,1 milhão de extremamente pobres, representando 58,4% da população em extrema pobreza no Estado. (Fonte: Fundação Seade – 2010)

AÇÕES 2016

- Realização de 28 reuniões disparadoras com os municípios participantes, envolvendo mais de 600 atores estratégicos entre gestores e secretarias municipais, que construíram o mapa de seus territórios de forma participativa, considerando demandas, desafios, potencialidades e oportunidades já existentes nos municípios;

Foto: Divulgação / SEDS - Discussão Plano de Ação nos Municípios



- Formalização de 28 grupos de gestores municipais intersetorial e institucionalização do Coordenador Municipal, principal articulador do Programa Família Paulista nos territórios;
- Desenvolvimento de Oficina do Plano de Ação Municipal, que reuniu os profissionais da SEDS, coordenadores municipais do Programa e representantes dos Grupos Gestores, com o objetivo de elaborar, de forma integrada, um plano estratégico de enfrentamento da extrema pobreza;
- Elaboração de 27 planos de ação municipais para o desenvolvimento do Programa, com o diagnóstico dos territórios, potenciais articulações, estratégias de enfrentamento da extrema pobreza de forma multidimensional e definição de metas de atendimento;
- Criação do Índice de Pobreza Multidimensional Paulista (IPM), que apresenta indicadores de pobreza multidimensional voltado ao contexto do cenário do Estado de São Paulo, que permite intervenções e planejamento;
- Construção de um sistema transacional on line de monitoramento e avaliação, para utilização dos diversos atores envolvidos na gestão e implementação do Programa;
- Criação do Selo Família Paulista, que reconhecerá práticas de gestão para o enfrentamento da extrema pobreza e do desenvolvimento social.



PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Os **Programas de Transferência de Renda (PTRs)** atuam na redução das desigualdades e podem estar na esfera dos Governos federal, estaduais e municipais. Ao aderir a um PTR, a família assume algumas condicionalidades, como manter os filhos na escola, carteira de vacinação em dia, fazer pré-natal e acompanhar o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. O Governo do Estado de São Paulo tem sob sua gestão os programas Renda Cidadã e Ação Jovem e participa da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família.



O **Programa Estadual Ação Jovem** tem como objetivo promover a inclusão social de jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, pertencentes a famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, prioritariamente até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, mediante transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica, somada a ações complementares e de apoio à iniciação profissional. **Em 2016, o Programa atendeu 82.506 jovens no Estado de São Paulo.**



“O programa Ação Jovem é um programa que ensina os jovens a viver em sociedade e respeitar os outros. Eu era muito tímida, não me comunicava, não sabia viver em sociedade e foi com o Ação Jovem que aprendi a superar a timidez. Neste programa, nós aprendemos como ter sucesso na vida profissional e a respeitar o próximo. Atualmente, estamos tendo aulas de canto e dança.”

Graziela Fagundes de Oliveira - Icém / São Paulo



“Posso dizer que mudou em casa. Hoje, posso pagar água ou luz, ou comprar roupa para mim. Com a ajuda do Ação Jovem, só tive melhorias até hoje. Pretendo ajudar mais em casa com o tempo”

Caroline Moreira Simão - Bauru / São Paulo

AÇÕES 2016

- Elaboração de relatórios gerenciais para acompanhamento dos beneficiários;
- Monitoramento da oferta de ações complementares e do acompanhamento de condicionalidades por parte das prefeituras municipais e demais parceiros;
- Grupo de Trabalho para estudo de critérios de elegibilidade dos programas;
- Estudos técnicos e elaboração de proposta para mudanças no escopo do Programa Ação Jovem visando ao seu aperfeiçoamento;
- Participação na definição de relatórios e validação de regras de negócio para o Business Intelligence- BI;
- Análises, planejamento e elaboração da metodologia e critérios de implementação do Projeto Conclusão, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação.



O **Programa Renda Cidadã** é um programa estadual de transferência de Renda e tem por objetivo atender às famílias em situação de pobreza com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional, priorizando famílias com renda até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, mediante ações complementares e transferência direta de renda. O valor pago por mês a cada família é de R\$ 80,00. Está presente em 644 municípios e conta com 3 (três) parceiros estaduais: Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e Fundação Casa. Possui em seu escopo algumas ações complementares, por meio de atividades organizadas e regulares, de iniciativa pública e/ou privada com a função de ampliar a oportunidade de desenvolvimento de proteção e de inclusão social que, somadas à transferência de renda, favorecem o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários como: Serviço Socioeducativo e Apoio à Formação e Capacitação - esta ação tem por objetivo promover a formação e/ou educação socioprofissional para o trabalho coletivo ou individual.

O atendimento do Programa no ano de 2016 foi de 132.980 famílias, com o lançamento do Portal Social Paulista e com a unificação dos cadastros, podendo atuar, assim, nos bolsões do Estado de São Paulo onde há demanda pelos programas de transferência de renda.

O **Programa Renda Cidadã – Benefício Idoso** tem o objetivo de atender o idoso, com 80 anos ou mais, que integra família com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional, priorizando idosos com renda até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, mediante transferência direta de renda. Em 2016, os recursos investidos foram de R\$ 2.540.200,00. Atualmente, beneficia 1.735 idosos.



AÇÕES 2016

- Elaboração de relatórios gerenciais para acompanhamento dos beneficiários;
- Reuniões de trabalho da equipe Renda Cidadã para aprimoramento do programa;
- Acompanhamento de beneficiários de PTRs para inclusão no CadÚnico para entrada no Portal Social Paulista, objetivando a unificação dos cadastros;
- Realização da capacitação piloto do Portal Social Paulista com as DRADS de São José do Rio Preto e Mogi das Cruzes;
- Coordenação compartilhada no Encontro Estadual para construção do Cenário da Gestão e acompanhamento dos Programas de Transferência de Renda no Estado de São Paulo.

O **Bolsa Família (PBF)** é um programa federal de transferência direta de renda com condicionalidades intersetoriais (saúde, educação e assistência social), que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com renda mensal por pessoa de até R\$ 170,00. O Programa associa a transferência do benefício financeiro aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social.



O Estado de São Paulo participa da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, compartilhando responsabilidades com a União e com os 645 municípios. Atua no apoio técnico, monitoramento e capacitação para gestão do Cadastro Único e do PBF. Beneficiou em 2016, 1.507.395 famílias (dados de outubro de 2016), que recebem valores variando de R\$ 85,00 a R\$ 364,00, conforme o número de gestantes e nutrizes e a idade dos filhos até 17 anos. As famílias beneficiárias do PBF, que continuam em situação de pobreza extrema, também recebem o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP). O valor do benefício corresponde ao necessário para que a família supere os R\$ 85,00 mensais por pessoa.

AÇÕES 2016

- Orientações às DRADS e aos Municípios sobre o conteúdo técnico do Programa Bolsa Família;
- Reuniões com equipe técnica para acompanhamento e socialização dos programas e projetos da Coordenadoria de Desenvolvimento Social;
- Reuniões mensais com o Colegiado do PBF (Desenvolvimento Social, Saúde e Educação) para discussão das ações e atividades de condicionalidades de saúde e educação e do acompanhamento familiar dos beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Participação no encontro do Grupo de Educação e Capacitação Continuada dos Trabalhadores do SUAS-GECCATS em Franca para apresentar o Protocolo de Gestão Integrada, destacando o acompanhamento familiar de beneficiários de programas de transferência de renda;
- Realização de capacitações em Gestão do PBF com apoio das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS);
- Organização do Encontro Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família com apoio da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família, reunindo as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social, Diretorias Regionais de Educação e Diretorias Regionais de Saúde;
- Participação dos Coordenadores do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único nas mesas técnicas organizadas pela SENARC/MDSA;
- Organização de pesquisa junto aos municípios prioritários de 2015, levantando o que foi relevante para saírem da condição de prioritários em 2016.



O **Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)** é um benefício federal da Política de Assistência Social, individual, não-vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Para receber o benefício, a renda mensal familiar per capita deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente.

O Programa integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pelas Leis nº 12.435, de 6 de julho de 2011 e 12.470, de 31 de agosto de 2011.

Atualmente, o Estado de São Paulo possui 700.732 beneficiários, sendo 326.312 pessoas com deficiência e 374.720 idosos, totalizando R\$ 615.158.832,32 de recursos pagos por mês (base setembro 2016). Ele aborda duas frentes de atuação:

- **BPC NA ESCOLA** - Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, e demais beneficiários do Programa.

O objetivo é promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos de idade, garantindo-lhes acesso e permanência na escola, por meio de ações articuladas das áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos.

No Estado de São Paulo, 358 municípios aderiram ao Programa, com 61.169 beneficiários participantes do BPC na escola, que representa 85% do público de 0 a 18 anos, beneficiários do BPC. Destes participantes, 41.280 já estão inseridos na escola.

- **BPC TRABALHO** - Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência, beneficiárias do BPC, à qualificação profissional e ao “mundo do trabalho”.

Tem o objetivo de promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do BPC, prioritariamente entre 16 e 45 anos, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial, à qualificação profissional, assim como a outras Políticas Públicas.

AÇÕES 2016

- Realização de Palestra com o tema BPC, BPC na Escola e BPC Trabalho na 7ª Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania, em Holambra;
- Apresentação dos Programas BPC, BPC na Escola e BPC Trabalho na Jornada de Aprendizagem da CDS;
- Elaboração e participação no Encontro “Construção do Cenário da Gestão e Acompanhamento dos Programas de Transferência de Renda no Estado de São Paulo”;
- Participação no Encontro sobre Empregabilidade da Pessoa com Deficiência Intelectual, realizado pela SEDS;
- Participação na 2ª Oficina do Programa BPC na Escola, realizado em Brasília;
- Orientações técnicas às DRADS das Macros V (Vale do Paraíba, Vale do Ribeira e Baixada Santista) e Região Metropolitana (Capital, Grande São Paulo Norte, Leste, Oeste e ABC), para discussão do novo decreto do BPC e atualizações do BPC na Escola;
- Coordenação do Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola;
- Representação em colegiados, conselhos e espaços estratégicos diversos, como: Grupo Gestor do Programa BPC na Escola, Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência, Câmara Temática Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência do CONDESB – Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista, Selo Paulista da Diversidade, Comissão de Avaliação das Organizações Sociais de Atendimento ou Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência.



O **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)** é um programa federal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, que visa à retirada de crianças e adolescentes do trabalho precoce com idade inferior a 16 anos e que, no âmbito do SUAS, compreende: inclusão de famílias em programas de transferências de renda, trabalho social com as famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes. Criado em 1996, O PETI passou por diversas mudanças desde então. Em 2011, o PETI é integrado à LOAS como um programa no âmbito da política da Assistência Social compreendendo transferência de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes (Art. 24-C da Lei 8742/2011).

A partir de 2013, passou a implementar um conjunto de ações estratégicas, visando à ampliação da mobilização social e articulação de Políticas Públicas diante das novas configurações do trabalho infantil no Brasil. A SEDS, por meio de sua equipe técnica, é responsável pela coordenação, assessoria e apoio técnico aos municípios na execução do Programa. A Secretaria monitora a execução do programa pelos municípios a partir da evolução dos indicadores de identificação de situação de trabalho infantil no Cadastro Único e da inserção de crianças e adolescentes no Sistema de Informação do Serviço de Convivência (SISC), em 483 municípios.

O monitoramento do programa é mais detalhado junto aos 76 municípios de alta incidência que desenvolvem as Ações Estratégicas por meio de análise de instrumental próprio e mais recentemente pelo Sistema de Monitoramento do PETI (SIMPETI).

AÇÕES 2016

- Proposta de Decreto com a composição intersecretarial sob Coordenação da SEDS, para formar a Comissão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI);
- 15 reuniões de apoio técnico in loco nos municípios;
- 10 reuniões do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;
- 6 reuniões de Fóruns Regionais (4 na Baixada Santista e 2 na Região Metropolitana de Campinas);
- Publicação eletrônica sobre o Encontro Estadual das Ações Estratégicas do PETI, que reuniu as principais reflexões e encaminhamentos e será distribuída junto aos municípios e parceiros do Programa;
- Realização do Encontro Estadual das Ações Estratégicas do PETI, dias 08 e 09 de setembro, realizado no Teatro Fernando Azevedo da SEE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social que contou com consultoria da OIT. O Encontro teve a participação de 340 pessoas, entre técnicos municipais da Assistência Social, da Saúde e da Educação dos 76 municípios considerados de alta incidência de trabalho infantil e das respectivas Diretorias Regionais de Assistência Social (DRADS). Além disso, estiveram presentes especialistas e técnicos das secretarias da Saúde e da Educação do Governo do Estado e representantes do Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Estado, Tribunal Regional do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social, Organização Internacional do Trabalho;
- Campanha Publicitária do PETI no Metrô de São Paulo, de 01 a 30 de junho de 2016, com o tema “Combate ao Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva”, conforme orientação do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Nesta campanha, foram afixados 98 Painéis em 23 estações de maior circulação de público e nos trens do Metrô das Linhas Verde, Azul e Vermelha por 30 dias, atingindo aproximadamente 4,7 milhões de pessoas que utilizam o metrô paulistano diariamente.

Foto: Divulgação/ SEDS





COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL (CAS)

A **Coordenadoria de Ação Social (CAS)** tem como função principal o fortalecimento do papel institucional das 26 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) e de sua capacidade técnico-administrativa, para que possam ser impressas, de forma descentralizada, as diretrizes técnicas da SEDS e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no âmbito do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, a CAS trabalha para o fortalecimento do SUAS, a ampliação e a qualificação da rede, ações intersetoriais e aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social no Estado de São Paulo, sendo responsável pela implementação da função de Proteção Social, prevista na NOB/ SUAS. A Proteção Social tem o objetivo de garantir a inclusão de todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade ou de risco social e está organizada em Básica e Especial.

A CAS tem interface permanente com o Programa São Paulo Amigo do Idoso, acompanhando as ações do Pilar Proteção, que correspondem à ampliação da rede de Proteção Social no Estado, por meio da implantação de novos equipamentos e serviços direcionados ao atendimento de pessoas idosas em situação de risco e vulnerabilidade social.

Em 2016, além do apoio técnico permanente aos municípios, por meio das 26 DRADS, a CAS realizou diversas ações formativas direcionadas aos técnicos e gestores municipais, buscando alinhar as ações do Programa São Paulo Amigo do Idoso às diretrizes da Política de Assistência Social e ao Sistema Único de Assistência Social.

AÇÕES 2016

- No cumprimento dos objetivos dessa coordenadoria, foram organizados encontros mensais com as DRADS a partir das pautas propostas de forma integrada pelas Coordenadorias, possibilitando melhor comunicação e integração. Esses encontros também são utilizados para realização de formação continuada. A CAS investiu esforços no acompanhamento e no levantamento de informações de cada uma das 26 DRADS. Foram 23 reuniões técnicas com pautas específicas para cada região.

- Temas discutidos:



Fotos: Divulgação / SEDS

SEDS

SEDS



DRADS Alta Sorocabana - Presidente Prudente



DRADS Vale do Paraíba - S. José dos Campos



DRADS Capital



DRADS Baixada Santista - Santos



DRADS Alta Paulista - Araraquara



DRADS Vale do Ribeira - Registro



DRADS Itapeva



DRADS Grande São Paulo Oeste - Osasco



DRADS Fernandópolis



DRADS Piracicaba



DRADS Marília



DRADS Alta Paulista - Dracena



DRADS Mogiana - São João da Boa Vista

SEDS

SEDS



DRADS Franca



DRADS Barretos



DRADS Grande São Paulo Leste - Mogi das Cruzes



DRADS S. José do Rio Preto



DRADS Alta Paulista - Avaré



DRADS Sorocaba



DRADS Bauru



DRADS Grande São Paulo - ABC



DRADS Botucatu



DRADS Alta Noroeste - Araçatuba



DRADS Grande São Paulo Norte - Guarulhos



DRADS Ribeirão Preto



DRADS Campinas

Proteção Social Básica (PSB)

Objetiva a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). No início de 2016, o número oficial do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) era de 1.061 unidades e, ao final de 2016, esse número passou para 1.098 unidades implantadas, contabilizando um aumento de 37 CRAS em 632 municípios, com previsão de implantação em mais 9 municípios em 2017 (Fonte: PMAS/Web 2016 e 2017).

Compõem a rede socioassistencial da **Proteção Social Básica** do Estado 7.536 serviços em 4.357 locais de execução. As executoras desenvolvem serviços de caráter preventivo e proativo, atendendo aproximadamente 2.440.000 usuários entre famílias, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência (PMAS/WEB 2017). O apoio financeiro aos municípios se dá através do repasse financeiro direto, no sistema Fundo a Fundo, do Fundo Estadual (FEAS) para os Fundos Municipais (FMAS), conforme a Lei Estadual nº 13.242, de 08 dezembro de 2008, Decreto Estadual nº 54.026 de 16 fevereiro de 2009.

Em 2016, o Estado de São Paulo cofinanciou 2.585 serviços de Proteção Social Básica em 637 municípios, o que significa uma cobertura de 98,7% dos municípios paulistas, com um valor total de R\$ 87.671.842,76 de recursos alocados.

	REPASSE FUNDO A FUNDO
SERVIÇOS DE CONVENIÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	R\$ 63.518.816,35
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)	R\$ 8.531.268,80
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS	R\$ 4.619.373,35
SERVIÇOS NÃO TIPIFICADOS	R\$ 11.002.384,26
TOTAL GERAL	R\$ 87.671.842,76

AÇÕES 2016

- Reuniões técnicas, em conjunto com a Proteção Especial, abrangendo 22 Diretorias Regionais de Assistência Social (DRADS), das 26 existentes, com o objetivo de levantar as demandas administrativas e técnicas para a melhoria do fluxo de trabalho entre Sede e DRADS, bem como para o aprimoramento do apoio técnico aos municípios das respectivas regionais;
- Encontros temáticos, visando ao alinhamento conceitual sobre o principal serviço da proteção social básica chamado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) aos técnicos de CRAS, CREAS e gestores de municípios;
- Apresentação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) a técnicos de diversas áreas de Políticas Públicas com o objetivo de divulgar o serviço e fortalecer a rede socioassistencial e intersetorial;
- Participação nas ações de capacitação do Sistema de Medida Socioeducativa SUAS/ WEB com o objetivo de capacitar técnicos municipais que trabalham com as medidas socioeducativas em meio aberto;
- Participação na elaboração da Resolução SEDS nº 19/2016 que define procedimentos para o cofinanciamento de serviços voltados ao atendimento de pessoa com deficiência.
- Participação na elaboração da Lei do SUAS estadual;
- Orientação às DRADS em relação à utilização do recurso de R\$ 60.000 fornecidos pela SEDS, em 2015, como incentivo para implantação de CRAS em municípios que ainda não possuem esse equipamento;
- Monitoramento dos Planos de Providência e Apoio, objetivando apoiar, em parceria com as 26 DRADS, os municípios no cumprimento das Metas de Desenvolvimento dos CRAS, conforme previsto nas Resoluções CIT 05 e 08 de 2010 (estrutura física, recursos humanos, atividades e horário de atendimento);
- A Coordenadoria de Ação Social tem interface permanente com o Programa SP Amigo do Idoso, alinhando as ações concernentes à SEDS às diretrizes da Política de Assistência Social e ao Sistema Único de Assistência Social, por meio do acompanhamento da implantação de novos equipamentos, serviços e da supervisão da rede já existente.

Proteção Social Especial (PSE)

Contribui para o atendimento especializado destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São situações que requerem acompanhamento individual especializado e maior flexibilidade nas soluções protetivas, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

Os serviços de proteção social especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público, Secretarias, ações do Executivo e outros órgãos. Na **Proteção Social Especial**, há dois níveis de complexidade, a média e a alta. A unidade de oferta se dá nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que oferecem acompanhamento técnico especializado desenvolvido por uma equipe multiprofissional, de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e favorecer a reparação da situação de violência vivida. No ano de 2016, foram implantados 20 CREAS, passando para 276 unidades implantadas em 225 municípios.

O atendimento é prestado no CREAS, ou pelo deslocamento de equipes em territórios e domicílios, e os serviços devem funcionar em estreita articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos, com os demais serviços socioassistenciais e por outras Políticas Públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

Compõe a rede socioassistencial da Proteção Social Especial do Estado 4.489 serviços em 2.729 locais de execução. As executoras atendem aproximadamente 488.325 usuários entre famílias, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência (PMAS/Web2016). O apoio financeiro aos municípios se dá através do repasse financeiro direto, no sistema de fundo a fundo, do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para os Fundos Municipais, conforme Lei Estadual nº 13.242, de 08 de dezembro de 2008, Decreto Estadual nº 54.026, de 16 de fevereiro de 2009.

Em 2016, o Estado de São Paulo cofinanciou 2.727 serviços de média complexidade, e 1.762 de alta complexidade. O valor total dos recursos alocados foi de R\$ 118.051.637,10.

SERVIÇO DE ALTA COMPLEXIDADE	REPASSE FUNDO A FUNDO FEAS
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA	R\$ 196.012,00
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA	R\$ 1.006.770,02
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - ABRIGO INSTITUCIONAL	R\$ 59.439.278,10
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - CASA DE PASSAGEM	R\$ 3.166.868,45
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - CASA-LAR	R\$ 1.856.216,97
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - RESIDÊNCIA INCLUSIVA	R\$ 3.631.724,05
SERVIÇOS NÃO TIPIFICADOS	R\$ 2.545.912,59
TOTAL GERAL	R\$ 71.842.782,18

SERVIÇO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	REPASSE FUNDO A FUNDO FEAS
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)	R\$ 7.110.158,36
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA)	R\$ 21.624.255,61
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PSC*	R\$ 1.366.607,27
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS	R\$ 10.526.178,40
SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL	R\$ 3.626.029,97
SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	R\$ 634.658,71
SERVIÇOS NÃO TIPIFICADOS	R\$ 1.320.966,60
TOTAL GERAL	R\$ 46.208.854,92

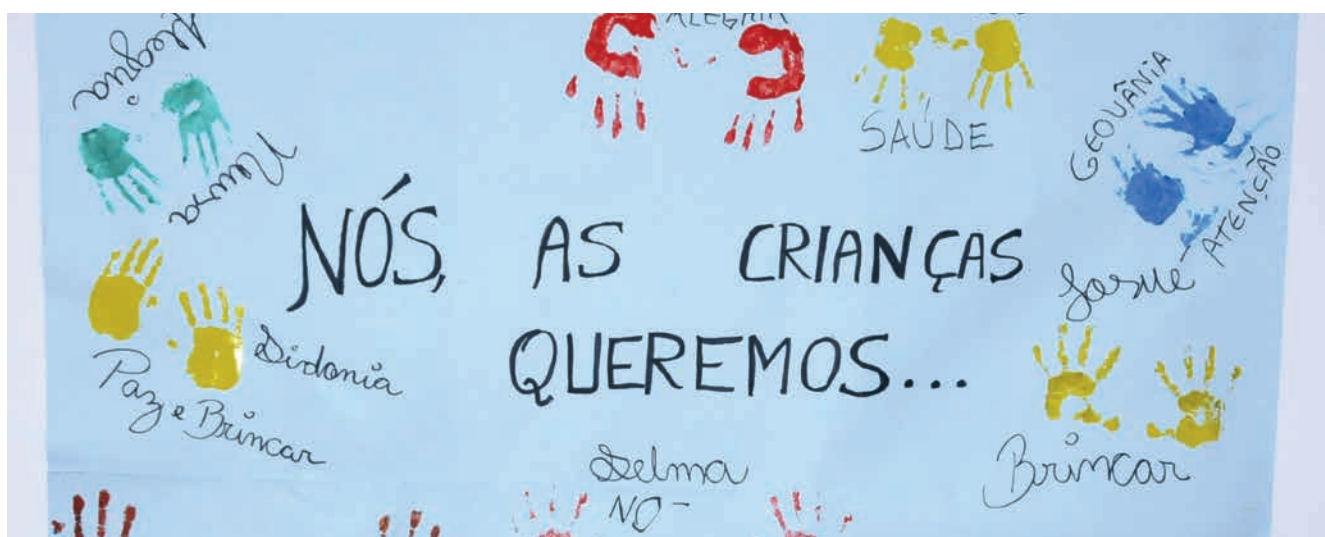
*PSC: Prestação de Serviços à Comunidade

Dados: PMAS web

AÇÕES 2016

- Série Dialogando em parceria com a EDESP: Total de 8 encontros abertos ao público, com os seguintes temas: “Medidas Socioeducativas para Crianças e Adolescentes”; “Mulheres no Cárcere”; “Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual de Crianças e Adolescente e as Mídias Sociais”; “Diversidade no Contexto Social da Família”; “População em Situação de Rua: Estratégias para a Construção da Autonomia”; “Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e o Desafio da Proteção”; e “População em Situação de Rua: Garantia de Direitos e Políticas Públicas”. Público total participantes: 610 pessoas;
- Reuniões técnicas, em conjunto com a Proteção Social Básica, abrangendo as 23 Diretorias Regionais de Assistência Social (DRADS), das 26 existentes, com o objetivo de levantar as demandas administrativas e técnicas para a melhoria do fluxo de trabalho entre Sede e DRADS, bem como para o aprimoramento do apoio técnico aos municípios das respectivas regionais;
- Foi elaborado através do Grupo de Trabalho de Reordenamento dos serviços estadualizados para pessoas com deficiência uma resolução que define critérios técnicos e financeiros para o reordenamento dos Serviços Estadualizados de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, em situação de dependência, nas modalidades de Abrigo Institucional e de Residências Inclusivas. O GT é constituído por técnicos da sede e por 5 DRADS: Avaré, Bauru, Mogiana, Grande SP Oeste e São José do Rio Preto;
- O Decreto nº 55.718 de 19 de abril de 2010, instituí a **Comissão Estadual Intersetorial para elaboração, acompanhamento e implementação do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. No ano de 2016 iniciaram-se as reuniões, num total de 7 encontros, realizados sob coordenação da SEDS com representantes dos seguintes órgãos: Associação dos Conselheiros do Estado de SP, CONSEAS, CONDECA, Conselho Estadual de Educação, Conselho Estadual da Saúde, Coordenadoria da Infância - Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência, NECA, Ministério Público, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria da Educação, Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, Secretaria da Habitação, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Secretaria de Planejamento e Gestão, Secretaria da Saúde;
- Participação de 2 reuniões na Câmara Técnica na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para discussão sobre o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) que tem como objetivo definir parâmetros para a qualificação e o aprimoramento da execução deste Serviço;
- Realização de 4 reuniões do Grupo de Trabalho para a articulação regional da população em situação de rua, para realizar o diagnóstico da região e construção do Projeto Piloto, em conjunto com os municípios, das propostas de ações para o atendimento a esta população. O GT é composto pela equipe técnica da SEDS, DRADS de Campinas, equipe de gestão e técnicos dos municípios (Cabreúva, Campo Grande Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiá, Louveira, Vargem Paulista) e representante do Ministério Público Estadual;

Foto: Divulgação / SEDS



- Revisão e publicação do Manual de Preenchimento do Aplicativo das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade;
- Assessoria às DRADS e municípios para explanação e discussão de temas específicos, como Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (DRADS Barretos), CREAS (Itapeva, Barretos, ABC), Pessoa em Situação de Rua (Grande S. Paulo Leste);
- Participação em ações de educação continuada a respeito das temáticas da Política de Assistência Social (GECCATS Franca);
- Participação nas visitas técnicas nas 24 DRADS (PSB, PSE, Coordenação);
- Capacitação do Sistema Web de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) para os técnicos dos municípios do Estado de São Paulo que trabalham com o serviço de atendimento aos adolescentes. Foram capacitadas 25 DRADS atingindo um público em torno de 1.133 pessoas.
- A equipe técnica da Proteção Social Especial participa de diversos Conselhos, Comitês representando a Secretaria, fazendo interface juntos às demais políticas setoriais. São eles: Conselho Estadual do Turismo; Conselho Gestor do Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM); Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa; Comissão Interinstitucional de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) - Fundação Casa; Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Comissão de Acompanhamento e Implementação do Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra Pessoas com Deficiência; Comissão da Política de Apoio e Atenção a Gestante; Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento do Programa São Paulo em Busca das Crianças e Adolescentes Desaparecidos; Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual; Programa Estadual de Atendimento à Pessoa com Deficiência Intelectual; Comitê Estadual para Refugiados; Comitê Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; Comitê Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE); Câmara Temática de Políticas para Mulheres do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (CONDESB).



REFUGIADOS/ MIGRANTES

A **Casa de Passagem Terra Nova** é o equipamento pioneiro no acolhimento de migrantes. Com a ampliação das solicitações de refúgio, no Estado de São Paulo, o serviço funciona em tempo integral e possui 50 vagas. Tem como público prioritário as famílias estrangeiras solicitantes de refúgio, mulheres grávidas e pessoas vítimas de tráfico de pessoas, e objetiva garantir acolhimento seguro e digno durante o processo de desenvolvimento de novos vínculos e construção de autonomia.

O equipamento está localizado na cidade de São Paulo, é iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, sob gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social, e o gerenciamento realizado por organização não governamental, a Coordenação Regional das Obras de Produção Humana (CROPH).

O serviço objetiva proporcionar aos usuários atendidos acolhimento integral, seguro e digno durante o processo de desenvolvimento de novos vínculos sócios comunitários e da construção de condições de autonomia (trabalho / moradia).

O serviço conta com uma equipe multiprofissional, bilíngue (francês e inglês), que oferece atendimento psicológico, socioassistencial, pedagógico, e jurídico, no processo de acolhimento, acompanhamento e encaminhamento à rede de Políticas Públicas necessárias ao empoderamento e fortalecimento dos usuários e da garantia de seus direitos.

Desde sua inauguração, em outubro de 2014, já foram acolhidos **288 pessoas**, sendo a média de atendimento de 50 usuários / mês. No ano de **2016, foram acolhidas 124 pessoas, 40 mulheres, 31 homens, 48 crianças e 5 adolescentes.**



“Muitíssimos parabéns pelo extraordinário trabalho. Há 20 anos que trabalho com refugiados e nunca tinha visto uma casa de passagem tão bem organizada, com uma equipe tão profissional e dedicada.... vocês são um orgulho para todos nós. Em nome do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados gostaria de reconhecer e parabenizar esse grande projeto de vida”.

Isabel Marques - Representante do ACNUR Brasil
Registro do livro de visitas da Casa de Passagem

AÇÕES 2016

- Prêmio Innovare – O Prêmio Innovare é a mais importante premiação da Justiça brasileira e visa reconhecer e valorizar iniciativas que buscam soluções para os desafios enfrentados por todos aqueles que atuam no sistema judiciário. O trabalho desenvolvido pelo advogado Luiz Felipe Deffune de Oliveira, o Terra Nova ficou entre os dois finalistas, Categoria Advocacia, na 3ª edição do Prêmio Innovare/ 2016, conferido pelo Supremo Tribunal Federal à projetos que contribuem para a modernização da Justiça;
- Parceria com o Instituto Nacional de Ações e Terapia Assistida por Animais (INATAA) – “Projeto Melhor Amigo do Refugiado”, o qual, através de atividades assistida por animais, trouxe um trabalho inovador ao Terra Nova, engajando os usuários, fortalecendo a autoestima, a autoconfiança e contribuindo para a construção de projeto de vida de crianças e adultos acolhidos;
- Parceria da Escola de Desenvolvimento Social (EDESP) com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para o evento: Migração e Refúgio - Ciclo de Capacitação. O evento foi realizado em fevereiro de 2016, e contou com 168 participantes.



PRIMEIRA INFÂNCIA

O governador Geraldo Alckmin lançou, em 2013, o **Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância (SPPI)**, uma parceria entre a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Iniciou suas ações com um piloto em oito cidades e, em virtude dos bons resultados atingidos, foi ampliado para mais 33, abrangendo 41 cidades em 2016. O programa será estendido a partir de 2017 para mais 60 municípios.

O SPPI visa qualificar o atendimento às gestantes e às crianças de 0 a 3 anos, assim como às suas famílias, para o desenvolvimento infantil pleno, por meio de quatro eixos: i) apoio à governança, com implantação de ações em rede e intersetorial; ii) desenvolvimento de capacidades, com a formação de profissionais das áreas envolvidas; iii) mobilização comunitária via sensibilização da sociedade em geral sobre a importância da Primeira Infância para o desenvolvimento social, político, cultural e econômico local; e iv) monitoramento e avaliação como instrumento fundamental para aprimoramento da Política. Atualmente, o Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância, na perspectiva de aprimorar seu modelo de governança, integrou na sua gestão a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo rumo à consolidação de uma política estadual intersetorial.

A Política Nacional de Assistência Social atua em três dimensões protetivas: Básica, Especial e de Média e Alta Complexidade. Dentro da Proteção Básica é oferecido o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos sóciofamiliares, que dispõe de ações específicas para crianças até 6 anos e suas famílias.

AÇÕES 2016

• Comitê Intersecretarial Estadual

Composto por representantes das Secretarias de Saúde e Desenvolvimento Social, o comitê é responsável por fixar diretrizes, monitorar e apoiar as ações do Programa no Estado. O comitê se reúne mensalmente, totalizando 12 encontros em 2016, e conta com a participação de um representante da Sede.

• Comitê Intersetorial Regional

Formado por representantes da SES, SEDS e SEE, o comitê é responsável por definir e tomar decisões sobre as estratégias regionais do Programa. O comitê se reúne mensalmente, totalizando 12 encontros em 2016, e conta com a participação de um representante da DRADS.

Curso de Atualização Em Primeira Infância Para Servidores do Estado de SP- Escola de Enfermagem da USP - Coordenado pela Professora Anna Maria Chiesa

• Objetivo: apresentar aos técnicos das Secretarias de Estado da Saúde, Desenvolvimento Social e Educação os processos de formação intersetorial em Promoção do Desenvolvimento Infantil. Público-alvo: 10 servidores da Sede e 5 servidores das DRADS (Fernandópolis, Itapeva, Campinas, Araraquara e Alta Noroeste). Duração de 56 horas de atividade em sala de aula.

Foto: Divulgação / SEDS - Curso de Atualização Primeiríssima Infância



Programa Criança Feliz - Primeira Infância no SUAS

• Participação na Câmara Técnica da CIT, responsável pela instituição das ações da Política de Assistência Social no programa;

• Estado de São Paulo adere ao Programa Primeira Infância no SUAS, criado pelo Governo Federal com o Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016 - Programa Criança Feliz.



COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (COED)

A **Coordenadoria de Políticas Sobre Drogas (COED)** é responsável por organizar as ações estratégicas da Política sobre Drogas no Estado de São Paulo e, portanto, exerce a coordenação executiva do Programa Recomeço – Uma Vida sem Drogas, coordenando as atividades das demais Secretarias envolvidas, proporcionando a interlocução necessária entre as Políticas Públicas, além de executar diretamente as parcerias necessárias para o funcionamento de serviços específicos que atendem dependentes químicos e seus familiares.

Em 2016, foi criada a Unidade Orçamentária específica para a Política Sobre Drogas, através da Instrução DPDO nº 12 – 13/10/2016 e a COED passou a compor a SEDS como Coordenadoria de Políticas sobre Drogas, através do Decreto nº 62.211, de 11/10/2016.



PROGRAMA RECOMEÇO

O Programa Recomeço – Uma Vida sem Drogas, instituído pelo Decreto nº 59.164/2013 e reorganizado pelo Decreto 61.674/2015 é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que promove a **PREVENÇÃO** do uso indevido de drogas, o **CONTROLE E REQUALIFICAÇÃO DAS CENAS DE USO** degradadas em virtudes do uso de substância psicoativas, **ACESSO À JUSTIÇA E À CIDADANIA, APOIO SOCIOASSISTENCIAL** e **TRATAMENTO** médico aos dependentes de substâncias psicoativas, suas famílias e comunidade. Compreende a dependência química como um fenômeno biopsicossocial, cuja superação depende da garantia de uma rede de cuidados de proteção social. Neste entendimento, as políticas sociais possuem um protagonismo ímpar na recuperação e reinserção social dos usuários de substâncias psicoativas, bem como no fortalecimento dos vínculos familiares fragilizados ou rompidos pelo agravo da dependência química.

Sua atuação é promover, articular e executar ações nos eixos temáticos:

1. Prevenção
2. Tratamento
3. Reinserção Social e Recuperação
4. Controle e Requalificação dos Territórios Degradados
5. Acesso à Justiça e à Cidadania

Foto: Divulgação / SEDS - Padaria Artesanal Desafio Jovem de Itatiba



1. Prevenção

Acompanha e presta apoio na articulação e promoção da política de prevenção, na execução do Plano Estadual de Prevenção e nas ações realizadas pelas secretarias estaduais. Atividades realizadas em 2016:

- **Seminário de Promoção de Boas Práticas de Prevenção do uso de Drogas**

Foi realizado o Seminário de Promoção de Boas Práticas de Prevenção do uso de Drogas, o qual contou com iniciativas exitosas de prevenção e a presença de vários profissionais da área de Políticas sobre Drogas, que culminou na publicação do “Caderno Boas Práticas em Prevenção de Políticas Sobre Drogas”.

- **Avaliação Municipal de Políticas sobre Drogas**

Levantamento de dados para avaliação de Políticas sobre Drogas dos municípios de São Paulo, para posteriormente realizar encontros regionais com gestores municipais.

- **Coalizões comunitárias – parceria ONG CADCA**

Fomento de parcerias com objetivo de implantarmos as Coalizões Comunitárias de Prevenção nos municípios do Estado, inicialmente foram acompanhadas as Coalizões Comunitárias de Prevenção nas cidades de Santos, Bragança Paulista, São Paulo e Caçapava. As coalizões foram inicialmente implantadas pela Embaixada Americana em parceria com a Communities Anti Drugs Coalitions of America (CADCA).

Foto: Divulgação / SEDS - Arte de Rua Padre Haroldo



2. Tratamento

• **CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Urgência Recomeço)**

Serviço de saúde, parte operacional, do Programa Recomeço na Capital de São Paulo, oferece o pronto-atendimento 24h com serviços de desintoxicação, avaliação médica e encaminhamentos aos demais serviços, como por exemplo as Comunidades Terapêuticas, além de orientação aos dependentes químicos e suas famílias, busca ativa de pacientes e tratamento ambulatorial intensivo, semi-intensivo e não intensivo.

O CRATOD atendeu 38.794 pessoas em 2016, destacando-se os seguintes serviços:

- Serviços odontológicos: 3.428 procedimentos realizados para 1.289 pacientes.
- Leitos de observação/repouso: 1.771 internações voluntárias, 649 internações involuntárias e 1 internação compulsória.
- Pacientes em tratamento no CAPS: 37.505.
- Grupos Terapêuticos: 3.641 grupos.

• **Disque Recomeço**

O “Disque Recomeço”, é um serviço de informação ao público sobre tratamento e serviços disponíveis com atendimento de segunda a segunda, das 8h às 18h, pelo número 0800 227 2863. No ano de 2016, foram atendidas 1.868 ligações no serviço.

• **Rua Recomeço / Abordagem de Rua**

Em 2016, foram atendidas 10.055 pessoas em atividades na Rua Recomeço. Dispõe de uma equipe de enfermagem, assistência social e conselheiros de dependência química que realizam abordagem e acompanhamento dos usuários da região e são oferecidas diversas oficinas, culturais e de lazer e grupos de ajuda. Os conselheiros de rua realizaram 5.535 abordagens que resultaram em cerca de 1.083 encaminhamentos para tratamento de saúde.

• **Unidade Recomeço Helvétia**

Em 2016, o Centro de Convivência que atua na linha de cuidados pessoais, com banho, barbearia, academia, oficina de bateria e cuidado dos pés realizou 13.765 intervenções. A unidade conta com Centro de Convivência, enfermaria de desintoxicação e Moradias Assistida e Monitorada.

- **Rede de Leitos para Desintoxicação**

O Programa Recomeço oferece tratamento integral para dependentes químicos nos equipamentos de saúde do Estado de São Paulo. Além do atendimento ambulatorial, são disponibilizadas 1.173 vagas em leitos de desintoxicação, para internação de curta permanência.

- **Rede de Comunidades Terapêuticas para acolhimento social**

O programa oferece vagas em acolhimento social e voluntário para dependentes químicos em locais com características residenciais que promovam a manutenção da abstinência, reinserção social, resgate de vínculos familiares e atividades de inclusão social e produtiva. Em 2016, foram realizados convênios com 66 unidades de Comunidades Terapêuticas, ofertando 1.925 vagas. A Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT), em parceria com a SEDS, realizou o monitoramento e a supervisão dos serviços prestados por esta rede de organizações sociais. Do início do programa, em 2013, até junho de 2016, foram atendidas 6.473 pessoas nestes serviços.

3. Reinserção Social e Recuperação

- **Recomeço Família**

Ação voltada para orientação e apoio a qualquer pessoa que conviva ou tenha vínculo com um dependente de álcool ou outras drogas, que esteja ou não em tratamento. O serviço contou, em 2016, com uma equipe de 27 pessoas, distribuídas em 11 Centros de Integração da Cidadania (CICs), no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD) e na Unidade Recomeço Helvécia. Em 2016, a ação atendeu 7.866 pessoas nos 13 polos Recomeço Família e atingiu 8.777 pessoas com ações de sensibilização e divulgação.

- **Serviços de Reinserção Social – Casa de Passagem, Moradia Assistida e República**

Em 2016, foram ofertadas 134 vagas do novo modelo de serviços “pilotos” oferecendo espaço de moradia aos usuários em recuperação com suporte de atendimento por sua trajetória com ênfase na reinserção social de autonomia e resgate de vínculos familiares quando necessários. Para o próximo exercício, serão implantados estes serviços nos municípios, realizando previamente estudos diagnósticos e demandas necessárias.

4. Controle e Requalificação dos Territórios Degradados – Cenas de Uso

Em 2016, a Secretaria de Segurança Pública realizou o mapeamento e o monitoramento das cenas de uso para viabilizar o planejamento de ações locais no enfrentamento dos problemas relacionados ao uso de drogas. Estas observações geram relatórios técnicos que permitem analisar o comportamento dos usuários de drogas, padrões de consumo e “modus operandi” de traficantes de drogas ilícitas. Agentes de segurança pública realizam constantes ações de redução de oferta de drogas através da presença ostensiva da Polícia, investigações, prisões e apreensões de drogas ilícitas.

5. Acesso à Justiça e à Cidadania

• Plantão Jurídico

Desde 2013, o Programa Recomeço mantém uma parceria com o sistema de justiça, através do Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil e da Defensoria Pública, para funcionamento do Anexo Judiciário no CRATOD. Este serviço garante a celeridade no acesso à justiça e à cidadania aos dependentes químicos e seus familiares. Atende usuários e seus familiares viabilizando a emissão de documentos pessoais como carteira de identidade, carteira de trabalho, 2ª via de certidão de nascimento, casamento e óbito. Em 2016, o Plantão Jurídico atendeu 469 pessoas, orientadas pelo serviço.

Foto: Divulgação / SEDS



AÇÕES 2016

AÇÕES ESTRATÉGICAS DA COED

- **CURSOS E CAPACITAÇÕES**

- **Capacitação de Comunidades Terapêuticas parceiras ao Programa Recomeço**

Em 2016, a COED, em parceria com EDESP e a FEBRACT, realizou 03 cursos voltados às equipes das Comunidades Terapêuticas, capacitando 191 pessoas e abordando os seguintes temas:

- O Profissional que trabalha com dependente de substâncias psicoativas (Assistente Social e Psicólogo);
- Questões de Gênero e Identidade Sexual dentro do acolhimento em Comunidades Terapêuticas;
- Adequações da Lei Federal nº 13.019/2014.

- **I Ciclo de Encontros Municipais de Políticas Sobre Drogas**

Em parceria com a Prefeitura de Águas de Lindóia, com a participação de 94 pessoas, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social realizou o evento “Panorama de Políticas sobre Drogas”, abordando os eixos de prevenção, tratamento, reinserção social e atendimento à família.

- **DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA RECOMEÇO**

- **Definição de indicadores e instrumentais de acompanhamento**

Geração de indicadores de resultado das ações do Programa em todos seus eixos de atuação e rede de serviços ofertados.

- **Desenvolvimento do Sistema de monitoramento**

O desenvolvimento de um sistema de monitoramento e de informações completo e integrado com toda a Rede Recomeço, isto tornará possível uma análise e avaliação sistemática desta Política Pública afim de garantir a eficácia do serviço público. O sistema de monitoramento será implantado em 2017 por meio de convênio realizado em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas.

- **COMISSÃO ESTADUAL PARA ASSUNTOS REFERENTES A BENS APREENDIDOS DO TRÁFICO DE DROGAS (COMBAT)**

Faz a gestão do convênio firmado com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), do Ministério da Justiça. Os bens apreendidos em decorrência do crime de tráfico de drogas, e declarados perdidos em favor da União, são leiloados e os recursos obtidos financiam projetos relacionados com as áreas de repressão ao tráfico de drogas, de prevenção, tratamento e reinserção social, desenvolvidos no Estado de São Paulo. Congrega representantes das Secretarias: da Justiça e da Defesa da Cidadania, da Segurança Pública, de Gestão Pública / DETRAN, do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED), do Ministério Público e do Tribunal de Justiça.

Metas alcançadas em 2016:

- Leiloados 34 veículos
- Arrecadação de R\$ 84.650,00 no Leilão realizado

- **COLEGIADOS E REPRESENTAÇÕES**

Realizamos através da equipe técnica da coordenação a participação em diversos colegiados que contemplam a temática da “Política sobre Drogas”, contribuindo para fomentar o debate dos assuntos pertinentes ao tema nas instâncias de participação popular e contribuir com o trabalho integrado com diversas instâncias governamentais e privadas. Dentre os principais colegiados destacam-se:

- Conselho de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo (CONED)
- Comissão Multidisciplinar Intersecretarial da COED (CMI)
- Comitê Gestor do Programa Crack é possível Vencer (CEPV)
- Grupo de Gestão Executiva do Programa Recomeço (GGEPR)
- Câmara Técnica de Políticas sobre Drogas (CTPD)
- Comitê Gestor do Termo de Cooperação Estado / PMSP (TCEPref)
- Comitê Gestor do Selo Parceiros do Recomeço
- Conselho Estadual da Condição Feminina
- Câmara Temática de Políticas para Mulheres da Baixada Santista (CONDESB)

- **PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL - PNUD - BRA/05/018**

A parceria tem como objetivo realizar pesquisas em cinco países da Europa, América do Norte e América Latina com experiências exitosas sobre Políticas Públicas de combate às drogas. Dentre os principais pontos do estudo destacam-se:

- Levantamento de boas práticas internacionais em Prevenção, Reinserção Social e Tratamento;
- Estratégias de captação de fontes de financiamento internacional para Políticas sobre Drogas;
- Análise de viabilidade local: considerações sobre os programas internacionais estudados e sua viabilidade no cenário paulista.

- **TERMO DE COLABORAÇÃO COM A PREFEITURA DE SÃO PAULO – VIGÊNCIA 2013/ 2017**

O governo do Estado de São Paulo tem desde 2013, um Termo de Cooperação celebrado entre o Estado e o Município de São Paulo, objetivando a execução de ações de prevenção, tratamento, reinserção social, acesso à justiça e cidadania e redução de situações de vulnerabilidade social e de saúde, aos usuários de substâncias psicoativas, em especial o crack.

Em 2015, estabeleceu-se um Grupo de Trabalho, afim de alinhar as ações estratégicas entre os Programas Recomeço e o então programa Municipal “De Braços Abertos”, após prestação de contas dos anos anteriores. Foi construído entre os interlocutores de ambos os programas o fluxo de atendimento dos usuários de substâncias psicoativas da região da Luz. Tal construção culminou em um Protocolo de Procedimentos do Termo de Cooperação entre o Estado e Município de São Paulo de atendimento intersetorial aos usuários de substâncias psicoativas, localizados nas cenas de uso da região da Luz. O referido documento foi pactuado e assinado pelos secretários Municipais e Estaduais, ligados diretamente aos Programas Recomeço e Braços Abertos.

- **PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES COM A SOCIEDADE CIVIL**

A COED participa de forma intensiva em diversos eventos relacionados à sua área de atuação, buscando levar aos profissionais e à população em geral um amplo espectro de informações sobre dependência química e os serviços oferecidos pelo Programa Recomeço. Dentre os principais eventos que contaram com participação da COED destacam-se:

- **EVENTOS NA TEMÁTICA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS**

Dia do Bem Amo São Paulo; Mutirão da cidadania MPF – Vila Prudente; Rede Social do Centro – Rua Cidadã; Cidadania em Escolas Públicas Estaduais (Gente Urbana) Brasilândia; Rede Social Osasco; Ação Social “Rede Centro”; Evento na Brasilândia - Multi Jovem; Virada da Saúde; 1º Mutirão Solidário Juta Cidadão; Jornada CPP de São Miguel; Jornada CDP - Santana; Oficina Políticas Sobre Drogas CRAVI; Tecendo as Redes de Cuidado Familiar – Recomeço Família; Roda de conversa: O Papel das Cidades na Política de Drogas e Combate ao Racismo; “Caravana de Planejamento de Projetos Técnicos Pedagógicos dos Programas Sociais do Ministério do Esporte”; Festa Junina na Cracolândia; Bloco de percussão da Cracolândia.

Foto: Divulgação / SEDS - Carnaval na Cracolândia



• SEMINÁRIOS/ CONGRESSOS/ CONFERÊNCIAS

Audiência pública sobre Comunidades Terapêuticas – Bloco 2: Financiamento e Participação Social; 7ª Conferência Estadual dos Direitos Humanos; Congresso Internacional Freemind: “Drogas, por um mundo melhor, vamos tocar neste assunto?”; Fórum Regional de Drogadição - CT Ave Cristo/ Birigui; I Seminário “A Família e a Dependência de Drogas”; X Congresso Internacional de Delinquência Juvenil - Ribeirão Preto; I Seminário de Pesquisa em Prevenção; Seminário “Nosso Olhar - Uma Visão das Famílias dos Dependentes Químicos”; Audiência Pública do Ministério Público Federal de Brasília – tema Comunidades Terapêuticas.

EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA COED EM 2016

CASA DE PASSAGEM - PROGRAMA RECOMEÇO	R\$ 1.060.400,00
VAGAS EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS	R\$ 21.229.056,00
TOTAL DO ORÇAMENTO COED	R\$ 22.289.456,00



O **Programa São Paulo Amigo do Idoso** objetiva promover amplo processo de mobilização regional, de diversos setores governamentais e da sociedade, para realizar ações que tornem os territórios dos municípios paulistas mais amigáveis às pessoas idosas, com foco no envelhecimento ativo.

O desafio de implementar Políticas Públicas para uma sociedade mais envelhecida fez com que o governador Geraldo Alckmin instituísse, por meio do decreto nº 58.047, de 15 de maio de 2012, o Programa Estadual São Paulo Amigo do Idoso e o Selo Amigo do Idoso.

O programa, que se baseia no conceito do envelhecimento ativo da ONU, criou, pela primeira vez no mundo, um Estado Amigo da Pessoa Idosa, sob uma perspectiva que envolva as diversas faixas etárias da população, órgãos e entidades públicas e privadas, visando à valorização da pessoa idosa, à garantia e à defesa dos seus direitos.

Selo Amigo do Idoso

Para envolver os diversos setores da sociedade, o Programa criou o Selo Amigo do Idoso, uma certificação que é oferecida a municípios, órgãos estaduais da Administração Direta e Indireta, e entidades públicas e da sociedade civil que desenvolvam ações referenciadas pelo Programa. O selo possui três fases: inicial, intermediária e plena. Teve a adesão de 638 Municípios Paulistas dos quais 211 já receberam o Selo Inicial.



Equipamentos

Em várias Secretarias de Estado e no Fundo Social de Solidariedade, são desenvolvidas ações dentro dos quatro pilares do São Paulo Amigo do Idoso: Saúde, Participação, Proteção e Educação. No pilar Proteção, a SEDS está autorizada a repassar recursos para as prefeituras para a construção de Centros Dia do Idoso (CDIs) e Centros de Convivência do Idoso (CCIs).

Já viabilizou, desde 2010, a construção de 54 CDIs e 25 CCIs que oferecem serviços para idosos autônomos, totalizando atendimento direto a aproximadamente 32 mil idosos paulistas. Ainda neste pilar, a Secretaria de Habitação/ CDHU, em parceria com o Desenvolvimento Social implementa o Programa Vila Dignidade que consiste em moradias assistidas em pequenas vilas, adequadas à população idosa, incorporando os preceitos do desenho universal e com áreas de convivência social.

Nos pilares restantes, Educação, Saúde e Participação encontram-se em execução: Projeto "Viva Mais" (Jogos Regionais do Idoso / Cartão Vida Ativa, Praça de Exercício (Fussesp); Melhor Viagem (Turismo); Centros de Referência do Idoso, Hospitais de Cuidados Continuados e Ambulatórios Especializados no Idoso, AMES (Ambulatórios de Múltiplas Especialidades) e Selo Hospital Amigo do Idoso (Saúde); Universidade Aberta à Terceira Idade, Inclusão Digital, cursos de graduação e pós-graduação em Gerontologia (Educação).

AÇÕES 2016

- Visitas de monitoramento aos Centro Dia do Idoso e Centro de Convivência do Idoso – orientação técnica sobre a execução de serviços e gestão do equipamento, aplicação de instrumental de supervisão;
- Visitas às unidades em fase de implantação e aplicação de instrumental de avaliação da gestão social às unidades já ocupadas, em parceria com a CDHU;
- Assessoria e apoio técnico permanente aos municípios;
- Ações permanentes para suporte técnico e operacional do Sistema de Monitoramento do Selo Amigo do Idoso;
- Reuniões de planejamento com equipe técnica da CDHU;
- Eventos públicos de certificação dos Municípios com o Selo Inicial “Amigo do Idoso”;
- Encontro Regional do SP Amigo do Idoso com a DRADS de Guarulhos - Maio/ 2016;
- III Fórum Comitê Regional da Pessoa Idosa de Presidente Prudente, com as palestras: Proteção Social, Envelhecimento e Dependência: Os desafios para a Oferta do Cuidado em Instituição de Longa Permanência para Idosos e Fundo Municipal do Idoso - Construção de um efetivo sistema de apoio e proteção da pessoa idosa em sua própria localidade - Ago/ 2016;
- Participação no evento - As Políticas Públicas Para o Envelhecimento Ativo - OAB/SP - Set/ 2016;
- Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa – Câmara dos Deputados – Apresentação das iniciativas do Governo do Estado em relação a população idosa, em especial do Programa SP Amigo do Idoso - Nov/ 2016;
- Encontro Lab60+, com debate sobre os desafios na Política Pública de atendimento aos idosos - Nov/ 2016;
- Seminário Internacional e Nacional - Organização Pan-Americana da Saúde e Ministério da Saúde: Apresentação do SP Amigo do Idoso - Dez/ 2016.

SP AMIGO DO IDOSO EM NÚMEROS

CENTRO DIA DO IDOSO - CDI	13
CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO - CCI	21
SELO SÃO PAULO AMIGO DO IDOSO*	196

* Números de municípios contemplados

- **Campanha Estadual - Mês de Conscientização dos Direitos da Pessoa Idosa**

Ocorreu no mês de Outubro, com a participação do Conselho Estadual do Idoso e Fundo Social de Solidariedade, além de outros parceiros. Algumas ações realizadas foram:

- Distribuição de 5 mil cartazes para a sensibilização sobre o envelhecimento da população e os direitos da pessoa idosa nos 645 municípios, Secretarias, autarquias, empresas do Governo e rede de equipamentos socioassistenciais: CRAS, CREAS, Centro POP, Centro Dia, Centro de Convivência, Conselho Municipal do Idoso, Conselhos Municipal de Assistência Social;
- Encontro de sensibilização para técnicos e gestores, visando o aprimoramento do atendimento à pessoa idosa nas unidades do Programa Bom Prato;
- Apresentação do Diagnóstico sobre a gestão do Programa Vila Dignidade;
- Exibição do filme Envelhescência - Documentário que aborda a velhice a partir do protagonismo da pessoa idosa Exibição para servidores da SEDS, comissão do Programa SP Amigo do Idoso e Conselho Estadual do Idoso. Parceria com o Cine Belas Artes;
- Seminário Direito à Moradia da Pessoa Idosa. Parceria com a Defensoria Pública do Estado;
- Encontro Temático Envelhecimento e Políticas Públicas: Cuidado e Proteção Social à Pessoa Idosa: Diálogos entre o SUAS e o SUS. Parceria com o IAMSPE.

- **Programação especial no Parque da Água Branca de 26 Setembro a 7 Outubro. Parceria entre FUSSESP/ São Paulo Amigo do Idoso/ CEI-SP/ Instituto Lado a lado, Instituto Biodelta/ Projeto Exercício e Coração (USP).**

Foto: Divulgação/ SEDS - Dia Internacional do Idoso com a Dona Lu Alckmin.



“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

Paulo Freire

Foto: Divulgação / SEDS - Lançamento do
CapacitaSUAS no Estado de São Paulo.



A educação permanente pode ser compreendida, simultaneamente, no campo da assistência e do desenvolvimento social, como uma prática de ensino-aprendizagem e como uma Política de educação que tem como objetivo institucionalizar a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente, na esfera do Sistema Único de Assistência social (SUAS).

A educação permanente do SUAS apoia-se no conceito de ensino problematizador, que se insere de maneira crítica na realidade e de forma horizontal na relação entre educador-educando.

Baseando suas ações formativas na educação permanente do SUAS e nas outras ações de capacitação das Políticas de Desenvolvimento Social, a Segurança Alimentar e a Política sobre Drogas, a Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (EDESP) priorizou, em 2016, as capacitações em formato presencial.

CapacitaSUAS

Durante os meses de abril, maio e junho, o Estado realizou o Programa Nacional de Educação Permanente do SUAS (CapacitaSUAS) em todas as regiões do Estado de São Paulo, abrangendo a oferta do programa a todos os 645 municípios paulistas. A matriz pedagógica do CapacitaSUAS, estruturada na perspectiva dialógica pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foi atualizada pela equipe de coordenação pedagógica estadual com foco na realidade do território paulista, enfatizando o diálogo com os municípios de grande, médio e pequeno porte e o compartilhamento da produção de conhecimentos gerada no cotidiano dos participantes.

A execução do CapacitaSUAS, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)/ EDESP, por meio da contratação da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e de uma equipe pedagógica liderada pela Professora Aldaiza Sposati, uma das maiores referências do conhecimento a respeito da Política Pública do SUAS, mobilizou professores, especialistas, técnicos e profissionais envolvidos na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS. Trouxe, também, uma novidade: a alocação de todo conteúdo didático-pedagógico do CapacitaSUAS num Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), no qual os educandos puderam acessar materiais escritos, áudios e vídeos. O Projeto ofereceu 3 (três) cursos no primeiro semestre de 2016 em 22 polos descentralizados:

- 1) Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS - realizado em abril, com 661 inscritos;
- 2) Indicadores para Diagnóstico do SUAS - realizado em maio, com 699 inscritos;
- 3) Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS - realizado em junho, com 749 inscritos.

Números do CapacitaSUAS - Total de atendimentos: 2.109 / Total de acessos ao AVA EDESP: 103.678

Ainda em 2016, desdobramentos desse processo de capacitação puderam ser verificados nas regiões do Estado de São Paulo. Em parceria com as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), a EDESP deu continuidade à interlocução com os municípios apoiando as iniciativas e fortalecendo as ações de capacitação, contribuindo com metodologias e estratégias de integração para a operacionalização e efetivação da política de educação permanente.

Além disso, a EDESP possibilitou que servidores públicos da SEDS, com perfil de educadores, atuassem no CapacitaSuas, planejando, ministrando aulas, sugerindo ajustes na metodologia; interagindo com os municípios e avaliando o processo de forma global. Como resultado, surgiu a proposta de Resolução criando uma comissão de Educação Permanente da SEDS, que será composto por tais servidores e outros que apresentem o mesmo perfil. Esse Comitê terá papel fundamental na construção e no fomento dos Núcleos de Educação Permanente no Estado. Além disso, a SEDS publicou, em 21 de dezembro de 2016, a Resolução SEDS nº28, que institui o Núcleo Estadual de Educação Permanente (NUEP), mais um passo no fortalecimento da Política Pública de Assistência e Desenvolvimento Social.

Em síntese, a EDESP priorizou, no seu planejamento e prática, as diretrizes e os princípios da Política de Educação Permanente, ofertando, integrando e ampliando espaços de formação, que possibilitassem a reflexão, o debate, a troca e o acesso ao conhecimento, a favor de uma educação transformadora dos processos de trabalho e das práticas profissionais, em prol da melhoria da qualidade da oferta dos serviços e benefícios. Tudo isso a partir do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis.

01 - FERNANDÓPOLIS

02 - ARAÇATUBA

03 - ADAMANTINA

04 - PRESIDENTE PRUDENTE

05 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

06 - MARÍLIA

07 - BARRETOS

08 - BAURU

09 - FRANCA

10 - RIBEIRÃO PRETO

11 - ARARAQUARA

12 - BOTUCATU/ AVARÉ

13 - PIRACICABA

14 - SÃO JOÃO DA BOA VISTA

15 - CAMPINAS

16 - SOROCABA

17 - ITAPEVA

18 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

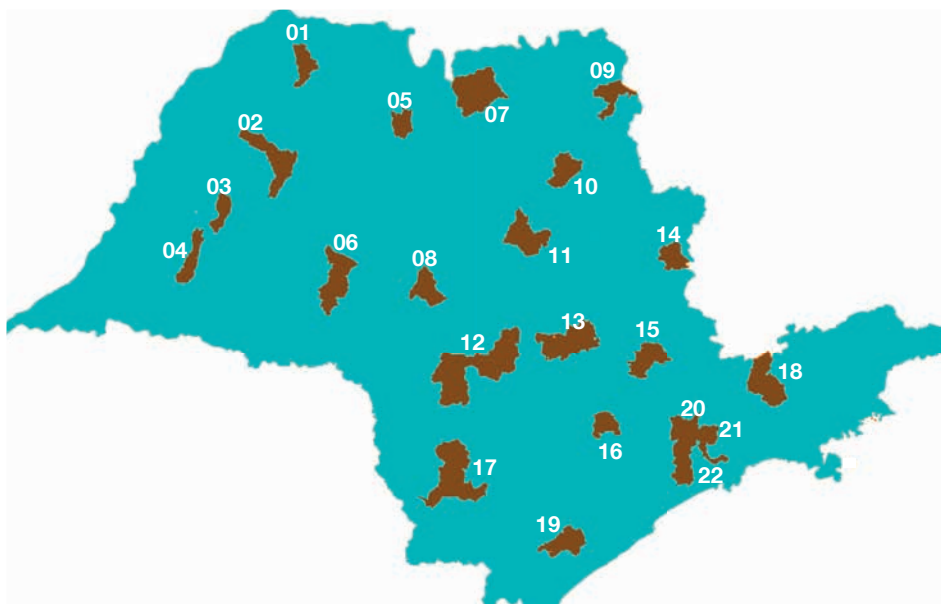
19 - REGISTRO

20 - OSASCO

21 - SÃO PAULO

22 - SANTO ANDRÉ / BAIXADA SANTISTA

POLOS/ MUNICÍPIOS CAPACITASUAS



AÇÕES 2016

• Núcleo de Educação Permanente no Estado de São Paulo (NUEP/SUAS)

A Escola realizou ações de articulação intersetorial para instalação do Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (NUEP-SP/ SUAS) em São Paulo, como instância consultiva e de assessoramento da Política Estadual de Educação Permanente, com as seguintes instâncias de controle e participação social: Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) / EDESP; Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS); Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas/SP); Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo (FETSUAS – SP); Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único de Assistência Social (FNUSUAS); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) / Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (Cedepe).

- **Plano Estadual de Capacitação – PEAS 2016 - 2019**

Execução do Plano Anual de Capacitação, com base nas diretrizes e nos objetivos do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2016-2019, com foco na Educação Permanente e Continuada do SUAS. Foram ofertadas, aproximadamente, 480 capacitações em formatos presencial e semipresencial (transmissões por streaming e videoconferência), com temas relacionados à Política Nacional de Assistência Social e sua aplicação no território do Estado de São Paulo e seus 645 municípios.

- **Parcerias - intersetorial e intersecretarial**

A EDESP manteve parcerias com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP) / Rede do Saber, da Secretaria da Educação, com a otimização de capacitações sem custos diretos, e incrementou a articulação de comunicação e aproximação com as áreas da SEDS (Sede e DRADS) e com os órgãos de controle social Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS) e Conselho Estadual do Idoso (CEI).

Realizou novas parcerias com a Escola de Governo e Administração Pública (EGAP), e com a Coordenadoria de Planejamento e Avaliação (CPA), ambas ligadas à Secretaria de Gestão e Planejamento, para proporcionar a seus servidores maior base teórica e prática a respeito da gestão pública. Articulou parceria com a Corregedoria Geral da Administração para o aprimoramento profissional de seus colaboradores e, por fim, está em vias de estabelecer uma parceria de cooperação técnica com a Escola Fazendária, também com o intuito de fortalecer os conhecimentos de sua equipe interna.

- **Instrumentais de monitoramento e avaliação de gestão escolar**

A EDESP criou e aprimorou: Plano de Capacitação; Plano de Divulgação, Cronograma Retroativo; Roteiro das Ações Educativas (tempos e movimentos); Gestão Escolar (Inscrições Online, Formulário de Avaliação Online, Certificados Digitais, Relatórios de Avaliação); formulário Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) resumido, com foco nas ações de educação permanente e continuada.

- Ações formativas realizadas (Formatos presencial e semipresencial): **480**
- Público (atores sociais) atendidos em 2016 (Formatos presencial e semipresencial): **18.174** pessoas

- **No ano de 2016, as horas-aula de capacitações presenciais QUINTUPLICARAM em relação a 2015.**

	MODALIDADE	HORAS - AULA
2016	PRESENCIAL	6.478 H/A
	SEMIPRESENCIAL	16 H/A
	A DISTÂNCIA	0

Imagem utilizada na campanha do Governo do Estado em parceria com o CONDECA e o CEI, informando sobre a destinação de 1% (pessoa jurídica) e de 6% (pessoa física) do Imposto de Renda Devido, aos Fundos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, e do Idoso.

**Peças distribuídas em todo o Estado para prefeituras, secretarias municipais, entidades sociais, conselhos municipais da criança e do idoso. Cartazes afixados em estações e trens do Metrô.
Março/Abril 2016**

Saiba mais em:

<http://www.condeca.sp.gov.br/>

<http://www.conselhodoidoso.sp.gov.br/>

Foto: Divulgação / SEDS



CONSELHOS

Os **Conselhos** Gestores de Políticas Públicas apresentam-se como uma das formas de participação efetiva da sociedade civil na elaboração e na implementação das Políticas Públicas e consistem em um espaço no qual se concretiza uma nova relação entre Estado e sociedade na gestão do aparelho público.

Tais conselhos representam uma das principais experiências de democracia participativa no nosso País, institucionalizados pela Constituição de 1988, tida como a mais cidadã das Constituições brasileiras, apostando na intensificação e na institucionalização do diálogo entre governo e sociedade, em canais públicos e plurais, propiciando maior efetividade da alocação de recursos públicos.

A responsabilidade consultiva e deliberativa possibilita aos Conselhos um papel de protagonismo na articulação, na fiscalização e no controle das Políticas Públicas.

O controle social das Políticas Públicas é de fundamental importância para o aprimoramento da gestão e se dá por meio de tais órgãos colegiados autônomos, consultivos e deliberativos, formados por representantes da sociedade civil e do poder público, vinculados ao Poder Executivo. Sua estrutura pertencente ao órgão da Administração Pública que lhes dá apoio administrativo.

Encontram-se vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) o Conselho Estadual da Assistência Social (CONSEAS), do Idoso (CEI) e dos Direitos da Criança e dos Adolescentes (CONDECA). Além dos três Conselhos que estão vinculados à Pasta, a Secretaria de Desenvolvimento Social tem representantes em diversos órgãos de controle e participação social.

A SEDS é responsável por dotar os Conselhos e Fundos das condições institucionais para seu funcionamento: espaço físico, equipamentos, pessoal técnico e administrativo, com capacitação constante dos conselheiros e conselheiras quanto às suas atribuições.

Desenvolveu-se, então, uma campanha publicitária: “Imposto de Renda do Bem” que incentiva os cidadãos e as empresas a contribuírem no fortalecimento de projetos e ações em prol de crianças, adolescentes e idosos, através da destinação de parte do Imposto de Renda devido ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Fundo Estadual do Idoso, vinculados, respectivamente, ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CONDECA) e ao Conselho Estadual do Idoso (CEI).



o **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA)** atua, em parceria com a SEDS, no fortalecimento da rede protetiva e na implementação de projetos para o atendimento integral das crianças e dos adolescentes paulistas.

O Conselho é um importante marco para o fortalecimento da rede de atendimento à criança e ao adolescente em todo o Estado. Criado a partir da Lei Estadual nº 8074, de 1992, e regulamentado pelos Decretos Estaduais nº 39059/1994 e 39104/1994, o CONDECA-SP, tem sido um importante ator na execução de uma política social de qualidade desde a primeira infância, assegurando todos os direitos da criança e do adolescente.

Foi transferido administrativamente da Secretaria da Justiça para a Secretaria de Desenvolvimento Social, ação apoiada pela sociedade civil, pois a demanda de Políticas Públicas na área da infância e adolescências se dá em sua maioria na Pasta Social.

Portanto, a aproximação destes órgãos, CONDECA e SEDS, facilita e agiliza em muito as discussões na mesa do Conselho, sem contar com o a aproximação com DRADS em todo o processo, como mobilizadoras e executoras das Políticas Públicas no nosso Estado.

AÇÕES 2016

- Deliberação 02/ 2016 contra o uso abusivo de álcool e drogas;
- Construção e Publicidade do Diagnóstico para o plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo;
- Criação da Comissão de Combate à Violência contra criança e adolescente;
- Construção do plano estratégico do CONDECA, estabelecendo metas de curto, médio e longo prazo;
- Construção dos Seminários Regionais de fortalecimento dos Conselhos Municipais e Medidas Socioeducativas;
- Interlocução com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) alinhado à Política Nacional;
- Parceria com a Unicef para ações do CONDECA;
- Autorizo governamental do lançamento do Edital do CONDECA/ 2016, no mês de dezembro.

NÚMEROS DO EDITAL

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS:	51
VALOR DESTINADO PARA CUSTEIO/ AQUISIÇÃO:	R\$ 31.131.169,66
NÚMERO DE BENEFICIADOS: *	48.700
QUANTIDADE TOTAL DE PROJETOS ASSINADOS:	115
QUANTIDADE DE PROJETOS MUNICIPAIS:	07
QUANTIDADE DE PROJETOS ENTIDADE SOCIAL:	108

* Valor aproximado

* Dados referentes ao Edital CONDECA/ 2015 - Executado em 2016



No cumprimento do seu papel de promotor de controle social da Política de Assistência Social do Estado de São Paulo, o **Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS/SP)** promoveu a interface entre as três esferas de Governo e teve como conquistas em 2016:

AÇÕES 2016

- Dia: 08 / 03 / 2016 - Realização do Pleito Eleitoral, para renovação de 1/3 dos membros do CONSEAS/SP, conforme previsto na Lei de Criação nº 9177/1995.
- De 18 / 05 a 15 / 06 de 2016 - Realização de 06 Encontros Macrorregionais de orientação aos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), com os temas: O papel do Conselho e dos Conselheiros no controle social do SUAS - Índice de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social. O evento contou com a presença de 301 Municípios e 935 participantes.

O CONSEAS/SP, em parceria com a Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (EDESP), da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), realizou de forma inédita e com êxito a sua 1ª Videoconferência, com os temas:

- Plano Decenal Municipal;
- Marco Regulatório - Lei 13.019/14;
- XI Conferência Estadual de Assistência Social.

A videoconferência foi transmitida para todas as regiões do Estado de São Paulo, com o apoio da Efap / Rede do Saber, da Secretaria de Estado da Educação, e foi vista por 1.350 participantes em 17 pontos de transmissão.

Aprovação de Programas, Projetos Estaduais e Recursos Financeiros, por meio das Deliberações abaixo descritas:

- Deliberação CONSEAS/SP Nº 05 de 31 de março de 2016 - Dispõe sobre a aprovação "Ad Referendum" do Plano de Ação para aplicação dos Recursos Financeiros, do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social – IGD/SUAS, do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD/PBF, Plano das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e do Piso de Alta Complexidade I para o exercício de 2016.
- Deliberação CONSEAS/SP Nº 011 de 17 de maio de 2016 - Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas/ Demonstrativo Sintético - 2015 e reprogramação dos recursos transferidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para o Fundo Estadual de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social /SEDS.
- Deliberação CONSEAS/SP Nº 014/2016 - Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação 2016 no SUAS/WEB da SEDS.
- Deliberação CONSEAS/SP nº 017 de 19 de julho de 2016 - Dispõe sobre a aprovação do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2016-2019.
- Deliberação CONSEAS/SP nº. 032 de 25 de outubro de 2016 - Dispõe sobre a aprovação norma operacional básica do sistema estadual informatizado de acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto - sistema MSEweb.
- Deliberação CONSEAS/SP Nº. 033 de 25 de outubro de 2016 - Dispõe sobre a aprovação dos procedimentos para cofinanciamento de serviços voltados ao atendimento de pessoa com deficiência e dá providências correlatas.
- Deliberação CONSEAS/SP nº 034 de 26 de outubro de 2016 - Dispõe sobre o Anteprojeto de Lei do SUAS para o Estado de São Paulo.

***Deliberação CONSEAS/SP Nº 09 de 17 de maio de 2016 - Aprova o Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), do exercício de 2015, apresentado pela Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS).

***Deliberações nº 015, 019 e 031 de 2016 - Aprovação da Prestação de Contas do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira Trimestral do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), apresentado pela Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS).



**CONSELHO ESTADUAL
DO IDOSO**

O envelhecimento populacional é hoje um fenômeno universal, uma das principais conquistas sociais do século XX. No Estado de São Paulo, a transformação etária já é uma realidade. Hoje, a população idosa representa 13% da população total do Estado de São Paulo (5.895.571 idosos). A projeção para 2030 é de 20,5% (9.316.614 idosos). (Fonte: Fundação Seade - 2015)

É fundamental ressaltar que o envelhecimento é uma tendência demográfica generalizada, e as “velhices”, isto é, as formas de viver a longevidade, são múltiplas e exigem políticas e outras iniciativas diferenciadas.

O **Conselho Estadual do Idoso** tem um importante papel nesta construção, pois articula, mobiliza, estimula, apoia e delibera sobre questões relativas à Política Estadual do Idoso em todas as suas instâncias e em consonância com a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

O Conselho Estadual também fomenta a implementação de conselhos municipais. Hoje no Estado de São Paulo, 459 municípios possuem Conselho do Idoso, sendo 359 ativos. Sua composição também fortalece a consolidação de uma política intersetorial, que integra o poder público com a sociedade civil organizada.

AÇÕES 2016

- **Posse dos novos membros do Conselho / Gestão 2016/2018. E eleição da nova mesa-diretora:**

Cláudia Fló (Secretaria da Saúde) presidente

Vera Luzia do Nascimento Fritz (sociedade civil) vice-presidência.

- **Participação na XII Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (24 e 27 Abril/ 2016):**

O CEI em parceria com a SEDS organizou um encontro preparatório na Conferência Nacional, que contou com a participação de 81 delegados, 19 Conselheiros e 12 convidados, dentre eles, o Dr. Carlos André Uehara, Diretor Executivo do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte (CRI Norte), 3 Conselheiros do Conselho Nacional do Idoso (CNI), que são: Tatianna Galeckas Marques da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Epitácio Luiz Epaminondas do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINTAPI/CUT) e Dra. Cláudia Maria Beré da Associação Nacional dos Promotores de Justiça do Idoso e da Pessoa com Deficiência da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID).

Sobre a delegação que representou o Estado de São Paulo na Conferência Nacional: 40% das vagas foram destinadas aos delegados representantes governamentais e 60% aos delegados representantes da sociedade civil.

- **Editais de Chamamento Público nº 01 SEDS/ CEI/ 2016**

No dia 17 de dezembro foi publicado no Diário Oficial do Estado o Edital de Chamamento Público nº 01 SEDS/CEI/ 2016. O lançamento do edital de seleção de projetos é uma grande oportunidade para enfrentarmos os desafios do envelhecimento populacional no Estado de São Paulo.

Hoje o Fundo Estadual do Idoso possui saldo equivalente a **R\$ 931.883,72**. Municípios e organizações sociais poderão submeter projetos.



Foto: Divulgação / SEDS

SAIU NA IMPRENSA

A Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), por meio do **Departamento Institucional de Comunicação (DCI)**, tem como objetivo divulgar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), seus projetos, programas e serviços. Além dos usuários do SUAS, o trabalho de divulgação abrange as entidades sociais, os serviços cofinanciados, bem como os servidores da SEDS e trabalhadores da rede SUAS.

Informar é estimular a participação social e a democracia. É assegurar o direito e o acesso de recursos para quem mais precisa. Informação transformada em conhecimento é, portanto, a chave para o exercício da cidadania.

O DCI é responsável pela intermediação entre todos os meios de comunicação. A equipe é subdividida nas áreas de Jornalismo, Fotografia, Marketing, Cerimonial, Mídias Sociais e também a Central de Atendimento. Esse time, trabalha de forma estratégica para encontrar pautas que ampliem a visibilidade da SEDS.

Em 2016, o DCI exerceu um papel fundamental para ampliar a relevância do papel social da Secretaria em todo o território estadual. A Assessoria de Imprensa realizou o acompanhamento da agenda da SEDS para eventos, inaugurações e entrevistas.

AÇÕES 2016

Em 2016, foram publicados mais de 1.225 matérias sobre ações da SEDS:

- 103 Matérias rádio;
- 739 Matérias impressas;
- 107 Matérias TV;
- 116 Artigos publicados;
- 158 Entrevistas Interior (Rádio 2).

A equipe de **Cerimonial e Eventos** da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), em parceria com os departamentos, é responsável por organizar as inaugurações, os Congressos, os Seminários, as reuniões que envolvam a presença do Secretário.

- Em 2016, foram realizados 252 eventos ao longo do ano. Destes, foram inaugurados 21 Centros de Convivência do Idoso (CCI), 13 Centros Dia do Idoso (CDI) e 1 restaurante Bom Prato.

FIQUE SABENDO



UM DIA COM O SECRETÁRIO: Programa que incentiva jovens a conhecer a agenda do Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro. Os participantes percorrem um dia inteiro da rotina, reuniões e todas as atividades do Secretário. Em 2016 oito jovens participaram da ação.

Campanhas e Publicações



Publicação sobre Prevenção ao Uso de Drogas da COED - Coordenadoria de Políticas Sobre Drogas / Programa Recomeço. Julho / 2016.



Feira de Artesanato do Programa Vivalite em conjunto com as entidades parceiras. Março / Junho / Setembro / Dezembro / 2016.

Campanha em parceria com o Programa São Paulo Amigo do Idoso, CEI – Conselho Estadual do Idoso e EDESP – Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.



Os cartazes foram distribuídos em todo o Estado para prefeituras, secretarias municipais, entidades sociais, conselhos municipais do idoso. Outubro / 2016.



Publicação em parceria com o CONSEAS/SP – Conselho Estadual de Assistência Social sobre a legislação da área social. Out/ 2016.



Publicação em parceria com o Governo Federal e o CEI – Conselho Estadual do Idoso sobre a legislação específica. Outubro / 2016.

Jornal com notícias da secretaria, criado para ser distribuído pelo secretário em viagens por todo o Estado de São Paulo e eventos. Em 2016, foram impressas 2 edições.



Matérias e Artigos



O ESTADO DE S. PAULO

‘Cão terapeuta’ acolhe crianças refugiadas | O ESTADO DE S.PAULO 29/05/2016

Direto da fonte | ESTADO DE S.PAULO 29/05/2016

A TRIBUNA



ESTADÃO POLÍTICA + ECONOMIA + INTERNACIONAL + ESPORTES + SÃO PAULO

Direto da Fonte

Sonia Racy

Responsabilidade Social

POR SONIA RACY 29/05/2016

- SP capacita profissionais para acolhimento social de travestis e transexuais dependentes de drogas. Dia 8, na Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado.

FOLHA DE S.PAULO



O legado do desenvolvimento sustentável | FOLHA DE S.PAULO

07/12/2016

O legado do desenvolvimento sustentável

FLORIANO PESARO

A transformação da realidade de São Paulo com foco nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) tem concentrado esforços por parte de todos os setores do governo do Estado. Definida em setembro de 2015 pela cúpula da ONU, a Agenda 2030 prevê o cumprimento de 17 ODS para a erradicação da pobreza, com equilíbrio nas áreas econômica, social e ambiental.

Decorrido pouco mais de um ano da assinatura do documento de criação do grupo, avançamos na consolidação daquilo que promete ser o maior desafio de todos os tempos para governos, sociedade civil e iniciativa privada.

São Paulo é um Estado de superlativos. Com uma área um pouco maior que o Reino Unido, é a terceira unidade administrativa mais populosa da América do Sul, com mais de 43 milhões de habitantes.

Possui um dos mais altos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da nação, equiparando-se a países como Rússia e Uruguai. Entretanto, a extrema pobreza ainda persiste na realidade de 1,1 milhão de paulistas.

Ao enfrentarmos tamanho contraste, assumimos a responsabilidade de inovar socialmente com a certeza de que não há combate à pobreza sem uma forte ação do Estado.

É fundamental que governo e sociedade criem mecanismos para fortalecer programas que sintonizem economia com equilíbrio ambiental

O compromisso da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo com os ODS foi assumido efetivamente com a elaboração do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS 2016-2019).

Embora estejamos em consonância com o conceito central em nossos programas e serviços, incorporamos, em nossas ações estratégicas, nove dos 17 ODS: a erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; igualdade de gênero; trabalho decente e crescimento econômico; redução de desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação.

Exemplos bem-sucedidos de iniciativas paulistas suscitaram o interesse de países que figuram na lista dos mais desenvolvidos do mundo. O Programa São Paulo Amigo do Idoso, instituído pelo governador Geraldo Alckmin e que adota os conceitos do envelhecimento ativo da ONU, já atraiu a atenção de gestores da assistência social da China e do Japão.

No campo da erradicação da extrema pobreza, criamos o Família Paulista, que atua de forma intersetorial para o desenvolvimento econômico e social dos núcleos familiares e das comunidades.

No combate à fome, ofertamos mais de 170 milhões de refeições por meio do Programa Bom Prato. Recentemente, foi implantado o "Segunda-feira sem carne", para colaborar com a diminuição dos gases causadores do efeito estufa.

No Programa Recomeço, somos o Estado com o maior número de vagas para dependentes químicos do Brasil, sendo mais de 15 mil internações realizadas com ações efetivas de reinserção social.

É fundamental que governo, sociedade, entidades não governamentais e conselhos criem mecanismos que fortaleçam programas sociais que sintonizem o crescimento econômico com equilíbrio ambiental.

Nosso dever é tornar conhecido o conceito de desenvolvimento social sustentável e garantir transformações reais não só para o nosso país mas para todo o mundo.

FOLHA DE S. PAULO

Mônica Bergamo - FOLHA DE S. PAULO

30/05/2016

colunistas**mônica bergamo****COMO FAZER**

Profissionais das 51 comunidades terapêuticas que recebem dependentes de drogas pelo Programa Recomeço farão um treinamento sobre como atender travestis e transexuais. O curso, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, vai abordar temas ligados a gênero e identidade na tentativa de melhorar o apoio aos pacientes.

A força está com elas | DIÁRIO DE S.PAULO/SÃO PAULO 10/03/2016

diário de S. Paulo**Formador de opinião**

Floriano Pesaro

A força está com elas

Em tempo de crise econômica, as mulheres foram responsáveis por 94% da procura pelos serviços socioassistenciais no estado de São Paulo somente no ano de 2015. Pelo menos nas áreas mais pobres, a maioria delas tem mais de dois filhos (56%), estão desempregadas (66%) e possuem escolaridade até o ensino médio incompleto (75%). Mesmo com esse perfil, de acordo com um levantamento do sistema Pró-Social do governo estadual, cerca de 84% das famílias cadastradas tinham a mulher como responsável familiar. O último censo do IBGE registrou o crescimento no número de domicílios chefiados por mulheres, que passou de 24% para 38% nos últimos dez anos, sendo que mais de 42% delas vivem com os filhos sem marido ou companheiro.

A sobrecarga de papéis assumidos pelas mulheres e as dificuldades econômicas e sociais despendem do estado um olhar panorâmico sobre esse novo perfil familiar. Nos programas de transferência de renda e se-

gurança alimentar do estado, elas são maioria. Isso mostra a força feminina muitas vezes não percebida por elas mesmas. Na minha experiência de mais de 20 anos na área social, posso afirmar que o caminho para a diminuição da desigualdade está na apropriação da força que todas possuem.

Temos feito essa defesa por meio de ações locais e globais. No final do ano passado, reforçamos nosso compromisso ao assinarmos uma resolução para a implantação dos ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis) da ONU no estado. Dentre as 17 novas metas para o planeta está: "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas". Por tudo isso, omês da mulher, comemorado em março, é um marco da luta não só por direitos, mas para definirmos que tipo de progresso buscamos. A erradicação da pobreza e o crescimento inclusivo dependem fortemente da participação social e política das mulheres. E o espaço para essas reivindicações precisa estar aberto em todos os setores da sociedade

/Floriano Pesaro é secretário estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo

diário de S. Paulo

Formador de opinião

Floriano Pesaro

Uma data para não ser esquecida

Na última quarta-feira, 18 de maio, foi comemorado o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Foi neste dia, em 1973, que uma menina de 8 anos foi sequestrada, violentada e assassinada no Espírito Santo. Balanço da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, responsável pelo Disque 100 – serviço gratuito nacional para denúncias –, aponta que o estado de São Paulo registrou cerca de 16 mil queixas em 2015 sobre violações de direitos de crianças e adolescentes, sendo 15,6% relacionados à violência sexual. Às vésperas de grandes eventos como as Olimpíadas do Rio, é preciso sensibilizar o maior número de pessoas sobre esse crime que cresce significativamente no período, principalmente em relação à exploração sexual no turismo. É preciso estar atento também aos crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes no espaço virtual.

As frequentes campanhas contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes desenvolvidas pela Secretaria Es-

tadual de Desenvolvimento Social pouco a pouco tem contribuído para o rompimento do silêncio e para o fim da invisibilidade desses tipos de violência. Nos Creas (Centros de Referência Especializados da Assistência Social), foram realizados, em 2015, cerca de 25,4 mil atendimentos, sendo 17% relacionados à violência sexual infantil. Segundo a equipe da proteção social especial do estado, na maior parte dos casos a situação constatada revela mais de um tipo de violação associada. Como exemplo podemos citar a negligência (abandono) e as violências físicas, psicológicas e sexuais.

Por isso é fundamental fortalecermos a rede socioassistencial de apoio. No estado são 11 milhões de pessoas na faixa etária de 0 a 19 anos, cerca de 27% da população paulista. Proteger as crianças e adolescentes dessas formas de violência que marcam para sempre suas vidas é missão de todos nós. O dia 18 de maio não pode ser esquecido e essa causa também precisa ser sua!

/Floriano Pesaro é secretário estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo

100 O IMPARCIAL

App do bem

Nos últimos anos, caso de atos infracionais envolvendo adolescentes têm gerado grande debate na sociedade, inclusive, com polêmicas como a que propõe a redução da maioridade penal. Não acredito que esse seja o caminho. Acredito que são as políticas sociais que têm potencial para diminuir a violência.

É preciso romper com esse ciclo e diminuir as vulnerabilidades que atingem nossos adolescentes. Com esse objetivo, São Paulo lançou um aplicativo para web que vai acompanhar os casos de medidas socioeducativas em meio aberto. Somos os primeiros do país a dispor de um sistema estadual online - O MSEWeb para acompanhamento das medidas em meio aberto.

Para o ano de 2016, o Estado estima que 20 mil adolescentes serão atendidos em medidas de meio aberto em LA (liberdade assistida). Ouase 8 mil em PSC (prestação de serviços à comunidade). São mais de R\$ 20,8 milhões repassados para esse atendimento em cofinanciamento estadual.

Em São Paulo, as medidas socioeducativas de LA e PSC foram totalmente municipalizadas com supervisão e repasse estadual de verbas gerenciado pela secretaria. Já as medidas de internação e de semiliberdade ficam a cargo da Fundação Casa, instituição vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Com o novo sistema implantado pelo governo do Estado de São Paulo, vamos conseguir produzir dados mais precisos sobre o perfil destes adolescentes, de suas famílias, das fontes de renda, das situações habitacionais, do trabalho, situação processual e acompanhar os atendimentos realizados nas diversas áreas. É difícil imaginar, mas hoje os dados ainda são preenchidos manualmente e sem padronização. Os relatórios são enviados, a



FLORIANO PESARO

cada três meses pelos gestores municipais.

Para otimizar esse processo, a Seds (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo) está capacitando, em conjunto com as 26 Drsads (Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social), os municípios que fazem atendimento aos adolescentes em medidas socioeducativas. Terão acesso

ao sistema de técnicos dos Creas (Centros de Referência Especializada da Assistência Social), as entidades sociais conveniadas e os gestores municipais.

Os dados serão compartilhados também com a Fundação Casa, facilitando o trâmite das progressões das medidas socioeducativas e desburocratizando os processos. A administração pública ganha agilidade e otimiza recursos humanos e financeiros.

A produção de informações é uma ferramenta gerencial, além de ser instrumento essencial para a formulação de políticas públicas integradas, consistentes e mais eficazes. É fundamental conseguirmos um diagnóstico territorial para planejarmos ações intersectoriais de prevenção, proteção e garantia de direitos.

É desta forma que as medidas ganham um caráter mais educativo ao invés de punitivo. Com as novas informações, vamos avançar nas ações integradas com a saúde, educação, esporte e lazer, cultura e profissionalização. Medidas que ajudarão os adolescentes a construir ou reconstruir um novo projeto de vida, reinstituindo direitos, interrompendo a trajetória infracional, alcançando a inserção social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária.

Uma sociedade mais justa e inclusiva só será possível com a garantia da proteção integral de nossas crianças e adolescentes. Esse é um dever da família, da sociedade e do Estado.

FLORIANO PESARO, SECRETÁRIO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO PAULO
Os textos assinados pelos entrevistados não representam a opinião desta revista.



FIQUE SABENDO

A **Central de Atendimento** agrega informações/ orientações referentes ao SUAS em programas, projetos e ações da Secretaria. Oferece atendimento para cidadãos, gestores, órgãos públicos e representantes de organizações sociais. O atendimento funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 18h. O telefone para informações é: (11) 2763-8040. O E-mail: faleconosco@desenvolvimentosocial.sp.gov.br. Em 2016, o número de atendimentos prestados pela Central foi de: **5.111**

O **Posto Poupatempo Itaquera** realiza atendimento presencial para orientações relacionadas aos Programas Sociais Federais, Estaduais e Municipais. Além de informações, fornece documentos como declaração de pobreza, união estável, modelo de autorização para crianças e adolescentes viajarem sem os responsáveis legais, transportes para idosos, modelos de procuração, entre outros serviços. Em 2016, o número de atendimentos foi de: **20.509**

A **Ouidoria** da SEDS é um canal aberto para receber críticas, sugestões e elogios sobre a prestação dos serviços públicos que funciona por meio do telefone: (11) 2763-8103. Horário: 09h às 17h. Ou pelo e-mail: ouidoria@desenvolvimentosocial.sp.gov.br. Em 2016, o número de atendimentos foi de: **500**

Crise faz clientes trocarem restaurantes por Bom Prato | AGORA SÃO PAULO

27/11/2016

Destaque do dia

Crise faz clientes trocarem restaurantes por Bom Prato



O administrador de empresas Toshio Soga, 53 anos, almoça no Bom Prato Santana (zona norte); ele diz que, desde que passou a frequentar o restaurante popular, há dois meses, conseguiu economizar R\$ 300 por mês

Serviço que oferece almoço a R\$ 1 tem tido aumento no número de usuários de classe média

O programa Bom Prato, que cobra R\$ 1 pelo almoço, tem atraído cada vez mais pessoas da classe média para seus 51 restaurantes, distribuídos pelo Estado de São Paulo. Somente na capital, são 22 unidades.

De acordo com pesquisa de amostragem realizada por técnicos do programa, sob gestão de Geraldo Alckmin (PSDB), pela primeira vez houve mudança no perfil do público frequentador.

A pesquisa, divulgada neste ano, revela que o público com renda entre um e três salários mínimos (de R\$ 880 a R\$ 2.640) aumentou em 6,8% em março de 2015, ante o mesmo mês de 2014.

A maioria cita o preço como principal atrativo para economizar em tempos de crise. É o caso do administrador de empresas Toshio Soga, 53 anos. Ele almoça no Bom Prato Santana (zona norte) todos os dias há dois meses.

Ele elogia o preço e a comida. "É bem-feita, balan-

ceada e diversificada. Mas repetem muito os legumes." O preço médio do almoço na região (sem bebida) é de cerca de R\$ 15. Ele calcula que tenha uma economia considerável por mês, de R\$ 300. "Pago contas básicas, como luz, que aumentaram."

As estudantes de enfermagem e estagiárias Maria Íris Pereira, 36 anos, e Andressa Ariza, 35, elogiam a limpeza.

"É bem higiênico aqui. Almoço numa boa", conta Maria Íris, que frequenta o Bom Prato há um ano e meio para ajudar nos gastos com os estudos. "Foi a forma que encontramos para economizar", diz Andressa.

No Bom Prato do Limão, na mesma região, o faturista Antônio Marques, 56 anos, diz que come no restaurante popular há dois anos, desde a inauguração. "A comida é boa, nunca passei mal. Essa feijoada está saborosa."

Ele conta que vai todos os dias. Antes, costumava levar marmitta já para economizar, mas almoçava ao menos uma vez por semana em restaurantes. "O que pago em um mês aqui é o valor de um almoço em restaurante comum", afirmou Marques.

(Tatiana Cavalcanti)

A2 | CORREIO POPULAR
Campinas, terça-feira, 2 de agosto de 2016

Opinião

opinia@rac.com.br

Violência contra a mulher | CORREIO POPULAR/
CAMPINAS 02/08/2016

10 ANOS DE MARIA DA PENHA

Violência contra a mulher

FLORIANO PESARO

Maria da Penha Fernandes foi vítima de agressões durante seis anos. Seu marido tentou matá-la por duas vezes: em 1983 atirou em suas costas enquanto dormia e, na segunda vez, tentou eletrocutá-la. Maria ficou paraplégica e levou quase vinte anos para provar que foi vítima de violência doméstica. Seu marido, condenado em dois julgamentos, ficou pouco tempo na prisão, já que rece-

beu sua sentença faltando poucos meses para a prescrição dos crimes.

O caso levou o País a ser denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Sua condenação pela tolerância e omissão com os casos de violência contra a mulher fez com que o Brasil tivesse que buscar mudanças e, em 7 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei Federal 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha.

Nesta semana a lei completa dez anos e se tornou um marco na luta das mulheres contra a vio-

lência doméstica e familiar porque a tipifica como uma forma de violação dos direitos humanos.

Apesar do debate ter ganhado força nos últimos anos, o Mapa da Violência: Homicídio de Mulheres no Brasil publicado em 2015 traz um dado alarmante. O Brasil ocupa atualmente a incômoda 5ª posição no ranking de violência contra a mulher, atrás apenas de países como El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. O ranking compila dados de 83 países fornecidos pela Organização Mundial da Saúde.

Balanco do Disque 180 – a

Central de Atendimento à Mulher da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – registrou em 2015 cerca de 76,6 mil denúncias de violência, um aumento de 44,74% em comparação com 2014. Foram relatos de violência física (50%); psicológica (30%); moral (7%); cárcere privado (5%); violência sexual (4%); patrimonial (2%); e tráfico de pessoas (0,4%).

O relatório aponta também que as mulheres negras são a maioria das vítimas (59%) e que em 72% dos casos as violências foram cometidas por homens com quem as mulheres têm ou ti-

veram algum vínculo afetivo: atuais ou ex-companheiros. A maioria dos relatos referiam-se à violência doméstica e familiar (86%) e em 40% dos casos a violência aconteceu de forma diária.

A lei trouxe grandes benefícios não apenas na parte jurídica e penal, mas fundamentalmente na construção de uma rede de políticas públicas intersetoriais de prevenção, proteção e atenção à mulher.

Dentre os serviços em funcionamento destaca os Centros de Referência da Mulher, Delegacias de Defesa, Rede de Hospitais, Defensorias Públicas, além de contar com o apoio do terceiro setor no atendimento qualificado, como o desenvolvido pelo Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae. Os 275 Centros de Referência Especializados da Assistência

Social oferecem orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos.

Contudo, os dados são indicadores de que tanto o poder público como a sociedade civil não podem ficar inertes diante dessas violações. Passados dez anos de sua aprovação, é preciso entender que a violência doméstica atinge mulheres de todas as classes sociais, de diferentes formações e profissões. É uma questão cultural, patriarcal e machista e somente o constante debate e a disseminação da informação podem acabar com esse ciclo. É preciso continuarmos na luta por uma sociedade mais igualitária, humana e livre da violência.

Floriano Pesaro é deputado federal e secretário de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo.

Fotos: Divulgação / SEDS



Governo de São Paulo entrega CDI em Caieiras



Coordenadoria de Ação Social e Coordenadoria Estadual de Políticas sobre Drogas participam de encontro do Programa Multi.Jovem - Casa do Adolescente Itinerante



Série Dialogando: Mulheres, Questão de Gênero e os Desafios para a Assistência Social - Parceria CAS e Edesp



Gestores sociais são capacitados sobre as novas regras da Lei 13.019 com a participação da Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios (CAFC)



Coordenadoria de Assistência Social realiza reunião com as DRADS



Voluntários do Bom Prato e Vivalente da COSAN são homenageados pela SEDS



Entidades parceiras do Vivaleite reúnem artesãos no Parque da Água Branca



Secretário participa da reinauguração do CRAS Ilha Solteira



SEDS participa de lançamento da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento da Assistência Social (FREPAS)



Secretaria homenageia nutricionistas do Bom Prato e do Vivaleite



Assinatura de repasse do FEAS e de convênios para os municípios de Juruá, São João Paulo D'Alho, Martinópolis, Herculândia, Taiapu, Tremembé, Bastos, Sete Barras e Boitua



Reunião preparatória para a 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Fotos: Divulgação / SEDS



RH da SEDS promove palestra sobre Ergonomia e Qualidade de vida no trabalho



SEDS apoia a campanha Coração Azul contra o Tráfico de Pessoas



Município de Caieiras recebe a primeira reunião do Programa Família Paulista



Monja Coen ministra palestra motivacional no Dia do Assistente Social



Debate: Mercado de Trabalho para pessoa com Deficiência Intelectual



COED participa do Seminário "Nosso Olhar" do Programa Recomeço Família



**Palestra: O que é o trabalho para você?
com o Prof. Uchida, psicólogo da Fundação
Getúlio Vargas**



**Secretário Floriano participa do 4º Congresso
Internacional Freemind em Campinas**



CapacitaSUAS em Piracicaba



**Programa Recomeço na Bloclândia Alternativas
para o Recomeçar**



**PNUD realiza oficina com foco nos ODS para
funcionários das SEDS**



**Professores e gestores de SP participam de oficina
com o Ministério do Desenvolvimento Social para o
CapacitaSUAS**



EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDS)

COORDENADORA GERAL

Marina Bragante

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (EDESP)

EQUIPE TÉCNICA

Andrea Cristina Malavolta Magalhães

Fabiola Helena dos Santos Farias

Glaucia Lino de Oliveira Barbosa

Maria Rita Ramalho Rondani

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Renata Colombini Puosso

FOTOS / DIVULGAÇÃO IMPRENSA

Fátima Brito

Gabriela Peres

Luiz Vicente Pereira

**COORDENADORA DE AÇÃO SOCIAL**

Tatiane Sousa Magalhães

COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Lígia Rosa de Rezende Pimenta

COORDENADORA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Gleuda Simone Teixeira Apolinário

COORDENADORA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Rita de Cássia Quadros Dalmaso

COORDENADOR DE GESTÃO ESTRATÉGICA

João Rafael Calvo

COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E CONVÊNIOS

Ricardo Wagner Gomes Felleger

ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Maria Isabel Lopes da Cunha Soares

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Eunice da Silva

DEPARTAMENTO DE NORMATIZAÇÃO E INFORMÁTICA

Cristina Furlani Carmona

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Denise Maria Valsechi Pulici

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Elenilda Modesta de Amorim

CONSULTORIA JURÍDICA

Rogério Augusto da Silva

CENTRAL DE ATENDIMENTO / OUVIDORIA

Roseli Oliveira Vasconcelos / Silvia Maria Dal Medico

OUTROS ÓRGÃOS VINCULADOS A SEDS**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS)**

Rita de Cássia Quadros Dalmaso

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONDECA)

Vitor Benez Pegler

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO (CEI)

Cláudia Fló

DIRETORIAS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DRADS)**DRADS ALTA NOROESTE - ARAÇATUBA**

Martha Helena Pimenta

DRADS GRANDE SP - ABC

Mauralis da Silva Selan

DRADS ALTA PAULISTA - DRACENA

Rejane de Menezes Sanchez

DRADS GRANDE SP LESTE - MOGI DAS CRUZES

José Rezende Filho

DRADS ALTA SOROCABANA - PRESIDENTE**PRUDENTE**

Mariane Delatin Rodrigues Ito

DRADS GRANDE SP NORTE - GUARULHOS

Maria Angélica de Sena Manso Pontes

DRADS ALTA PAULISTA - ARARAQUARA

Edna Sandra Martins

DRADS GRANDE SP OESTE - OSASCO

Francisca Maria de Alencar

DRADS ALTA PAULISTA - AVARÉ

Elza Castilho Albuquerque

DRADS ITAPEVA

Lucicléia de Siqueira Rodrigues Schreiner

DRADS BAIXADA SANTISTA - SANTOS

Jucimara Dias Araújo Rodrigues

DRADS MARÍLIA

Rosemeiri Livero Audi Aguiar

DRADS BARRETOS

Márcia Aparecida Muzetti

DRADS MOGIANA - SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Edjalma de Lima Vala

DRADS BAURU

Maria Moreno Perroni

DRADS PIRACICABA

Maria Aparecida Ribeiro Germek

DRADS BOTUCATU

Sueli Isabel Tamelini

DRADS RIBEIRÃO PRETO

Delvita Pereira Alves

DRADS CAMPINAS

Laura Maria Contador Rodrigues da Silva

DRADS SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Silvia Maria de Castilho Laguna

DRADS CAPITAL - SÃO PAULO

Roseli Innocencio

DRADS SOROCABA

Jorge Latuf Filho

DRADS FERNANDÓPOLIS

Meire Regina de Azevedo e Silva

DRADS VALE DO PARAÍBA - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Maria Aparecida Silva de Matos

DRADS FRANCA

Vânia Cristina Baldochi Malta

DRADS VALE DO RIBEIRA - REGISTRO

Ana Lourdes Fidelis de Oliveira

SEDS

SEDS

SEDS

SEDS

SEDS

SEDS

SEDS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDS)
Rua Bela Cintra, 1.032 - Cerqueira César - São Paulo/ SP
CEP: 01415-000
Pabx.: (11) 2763-8000

www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

(11) 2763-8000

faleconosco@desenvolvimentosocial.sp.gov.br

www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br

